



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

**SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA (SUCOR)
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA (COPOL)**

PREGÃO ELETRÔNICO RFB/SUCOR/COPOL Nº 5/2020
(Processo Administrativo nº 10265.039954/2020-15)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio da Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol), sediada no Edifício Anexo do Ministério da Economia, Bloco P, Ala A, 2º andar, Copol, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, CEP: 70.048-900, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por grupo**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **04/12/2020**

Horário: **10:00** hs (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: **170010** – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de servidores, com suporte e garantia de funcionamento de 60 (sessenta) meses, para o datacenter da Secretaria Especial da Receita Federal (RFB), em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 4 (quatro) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio **www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;



- 4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.4.9. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para



abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para o item 1 e R\$ 50,00 (cinquenta reais) para itens 2 a 4.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:



- 7.26.1. no país;
 - 7.26.2. por empresas brasileiras;
 - 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.30. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 7.30.1. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do



preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)



9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a



documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira.

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez



Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica**

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1. No mínimo 2 equipamentos de uma solução compatível com o objeto do item 1.

9.11.1.1.2. Um serviço de migração que explicita que o serviço foi prestado dentro do prazo estipulado em contrato.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte



ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.



16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.



17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no Termo de Referência.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

| ITEM | INFRAÇÃO | GRAU |
|----------|---|------|
| 1 | atrasar a entrega dos documentos exigidos no certame; | 1 |
| 2 | ensejar o retardamento da execução do certame; | 2 |
| 3 | desistir de enviar a documentação exigida e/ou a proposta de preços ofertada após a abertura da sessão pública; | 3 |
| 4 | não regularizar a restrição na comprovação da regularidade fiscal, de que trata o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, se for o caso; | 3 |
| 5 | não manter a sua proposta dentro do prazo de sua validade e/ou não celebrar o contrato após a homologação do certame; | 4 |
| 6 | cometer fraude no procedimento licitatório, ou cometer fraude fiscal; | 5 |



| | | |
|---|---|---|
| 7 | cometer atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação ou a conclusão do objeto, ou comportar-se de modo inidôneo; e | 5 |
| 8 | apresentar declaração, documentação ou informação falsa, bem como, adulterá-los. | 5 |
| 9 | não assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta | 5 |

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

| GRAU | MULTA COMPENSATÓRIA | PRAZO DE IMPEDIMENTO (*) |
|------|--|--------------------------|
| 1 | 0,5% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta | Não |
| 2 | 1% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta | Não |
| 3 | 2% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta | de 6 meses a 1 ano |
| 4 | 3% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta | de 1 ano a 2 anos |
| 5 | 5% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta | de 2 anos até 5 anos |

*** Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e seu anexo e das demais cominações legais.” - art. 7º, caput, da Lei nº 10.520, de 2002.**

22.3. As sanções dos subitens acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013,



como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.



23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail copol.licitacao@rfb.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço no Edifício Anexo do Ministério da Economia, Bloco P, Ala A, 2º andar, Copol - Divisão de Licitações, Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF, CEP: 70.048-900.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www-comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e, em virtude da quarentena e/ou teletrabalho necessário para conter o avanço da pandemia do novo coronavírus, o Edital só estará disponível através de meio eletrônico. Imediatamente após o término desse período, o Edital também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Edifício Anexo do Ministério da Economia, Bloco P, Ala A, 2º andar, Copol - Divisão de Licitações, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, CEP: 70.048-900, nos dias úteis, no horário das 9 horas às 18 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência



- 25.12.1.1.ANEXO I - A – Especificações Técnicas da Solução de TI;
- 25.12.1.2.ANEXO I - B – Planilha de Formação de Preços;
- 25.12.1.3.ANEXO I - C - Termo de Ciência; e
- 25.12.1.4.ANEXO I - D – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.
- 25.12.2. **ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços; e**
- 25.12.3. **ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.**

Brasília/DF, 26 de novembro de 2020

Divisão de Licitações (Dilic)
Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol)



ANEXO I do EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SERVIDORES PARA O DATACENTER DA RFB

1 Objeto da Contratação

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de servidores, com suporte e garantia de funcionamento de 60 (sessenta) meses, para o datacenter da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em Brasília/DF, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2 Descrição dos Equipamentos da Solução de TIC

2.1 Item 1 – Servidores de Rede

1.1.1. Servidores de rede com 4 processadores e suporte a, no mínimo, 3TB de memória, para virtualização da infraestrutura computacional da RFB.

1.1.2. Em virtude das necessidades presentes e futuras da RFB, serão adquiridos, inicialmente, 8 equipamentos para substituir os 8 atuais e devem possuir desempenho, pelo menos, 50% superior aos equipamentos que serão substituídos.

2.2 Especificação Técnica

1.1.3. O detalhamento das especificações dos itens deste Termo de Referência encontra-se no Anexo I - A – Especificação Técnica da Solução de TIC.

2.3 Bens e serviços que compõem a solução

| Lote | Item | Descrição | Quant. | Requisição mínima | Valor Unitário Estimado (Valor máximo) | Local de entrega | Observação |
|------|------|---------------------|--------|-------------------|--|------------------|--------------------|
| I | 1 | Servidor de rede | 8 | 6 | R\$ 753.037,36 | Brasília DF | Ampla concorrência |
| | 2 | Instalação | 8 | 6 | R\$ 1.500,00 | | |
| | 3 | Migração | 1 | 1 | R\$ 35.000,00 | | |
| | 4 | Repasso operacional | 1 | 1 | R\$ 9.103,25 | | |

3 Justificativa e Objetivo da Contratação

3.1 Motivação

1.1.4. A RFB, órgão da Administração Tributária, usa intensivamente os recursos de Tecnologia da Informação. Desta forma, precisa manter a disponibilidade do seu ambiente



informatizado, para que possa exercer a contento suas atribuições institucionais, sendo indispensável o bom funcionamento dos seus equipamentos.

1.1.5. No momento, os atuais servidores hospedam mais de 600 máquinas virtuais que, em conjunto, executam quase todos os sistemas de informação residentes no datacenter da RFB. Além deles já estarem sem suporte/garantia e com utilização de recursos no limite, se faz necessária uma atualização tecnológica, permitindo suportar softwares de infraestrutura mais modernos, que trazem novos recursos ao ambiente do datacenter.

1.1.6. Diante do quadro apresentado, faz-se urgente uma solução para substituição dos equipamentos em virtude da obsolescência tecnológica, do fim de vida útil e do final do suporte e garantia contratada para tais equipamentos (os servidores já não são mais produzidos, e aproxima-se do fim do suporte do fabricante ao modelo, previsto para 2020).

3.2 Alinhamento Estratégico

1.1.7. A RFB possui especificidades em seus processos de trabalho que são fundamentais para o funcionamento do País. A informação é o seu principal insumo, envolvendo dados sensíveis e sigilosos.

1.1.8. Quando se examina o cenário de curto e de médio prazo, torna-se clara, dentre outras, a necessidade de o País melhorar a eficiência e a eficácia da arrecadação, garantir a defesa comercial e a proteção da sociedade. Desta forma, a RFB precisa estar preparada e devidamente aparelhada para cumprir metas que serão cada vez mais desafiadoras.

1.1.9. Para alavancar seus resultados, conforme previsto no Plano Estratégico, novas soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) vêm sendo implementadas e novas funcionalidades foram desenvolvidas nos sistemas já existentes. Investimentos vêm sendo continuamente realizados para a absorção de novas tecnologias, atualização do parque tecnológico e qualificação e aperfeiçoamento de pessoal.

1.1.10. Ao longo dos anos, a área de TIC da RFB vem continuamente melhorando os seus processos internos, de forma a garantir o alinhamento das soluções de TIC ao planejamento estratégico, a organizar e priorizar as demandas de desenvolvimento e melhorias de sistemas, a aperfeiçoar a gestão de gastos em TIC, a aprimorar a gestão dos contratos, a aumentar a fiscalização sobre serviços terceirizados de TIC e a melhorar o suporte e a consultoria às áreas de negócio da RFB.

1.1.11. Melhorias na governança dos processos e ativos da informação influenciam diretamente a qualidade dos serviços de TIC, que por sua vez têm impacto sobre os resultados institucionais, contribuindo para a melhoria da imagem, o aumento da arrecadação, a defesa comercial e a proteção da sociedade, a diminuição da sonegação e a melhoria do atendimento e da prestação de serviços à sociedade.

1.1.12. Todo esse esforço institucional se reflete no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2017-2019 – aprovado pela portaria RFB nº 1.887, de 05 de abril de 2017 e prorrogado até 31 de dezembro de 2020 pela Portaria RFB nº 2.217, de 23, de dezembro de 2019 – e no Plano Nacional de Aquisições e Contratações (PNA) – aprovado pela Portaria RFB nº 316, de 12 de fevereiro de 2020 – consolidando as ações e os investimentos em TIC estimados. Os benefícios a serem alcançados são ainda maiores. Esta compreensão é



imprescindível para a defesa de propostas orçamentárias que contemplem os gastos ora estimados, com base na previsão constitucional de assegurar recursos prioritários para as atividades da administração tributária e, principalmente, com a convicção de que os investimentos a serem realizados serão revertidos em prol da sociedade brasileira.

1.1.13. Por meio da execução das ações constantes do PDTI 2017-2019, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil estará mais preparada para dar um novo salto de qualidade, aumentar o nível de maturidade na escala de governança em TIC, ser ainda mais efetiva em sua missão institucional e assegurar a realização da estratégica e da visão de futuro.

1.1.14. Desta forma, este o projeto encontra-se alinhado às diretrizes da área de TIC estabelecidas no PDTIC 2017-2019, com o objetivo de viabilizar o cumprimento da missão institucional da RFB conforme descrito nas tabelas a seguir:

| Alinhamento aos Planos Estratégicos | | | | | |
|---|--------------------------------------|--|---|------------------------------------|---|
| Objetivo Estratégico Institucional | | Objetivo Estratégicos de TIC | | | |
| Perspectiva de Gestão e Suporte | | Perspectiva de Resultados | | Perspectiva de Processos Internos | Perspectiva de Pessoas e Recursos |
| Viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia | | Assegurar a excelência da infraestrutura e dos serviços de TIC com níveis de desempenho, segurança e disponibilidade adequados à criticidade do negócio. | | Aprimorar o ambiente informatizado | Aprimorar a infraestrutura física e tecnológica para suporte às atividades de TIC |
| Alinhamento ao PDTIC | | | | | |
| Necessidade | | Meta | | Ação | |
| ID | Descrição | ID | Descrição | ID | Descrição |
| N04 | Manter e Suportar de Soluções de TIC | M16 | Realizar Contratações de manutenção e suporte de soluções de TIC como previsto anualmente | A026 | Realizar a atualização e permanente e a inovação de infraestrutura Tecnológica |
| Alinhamento ao PNA – Anexo II | | | | | |
| Iniciativa | | | Responsável pela especificação técnica/Gestão da Iniciativa | | Unidade responsável pela licitação |
| Contratação de Hosts de Datacenter | | | Cotec | | Copol |

3.3 Estimativa da Demanda

1.1.15. Por se tratar de mera substituição de equipamentos e para manter, pelo menos, a mesma resiliência da atual solução, as quantidades para contratação serão as mesmas das



hoje existentes.

3.4 Parcelamento da Solução de TIC

1.1.16. Quanto à forma de aquisição, é praxe da Administração Pública e amplamente recomendado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que a aquisição de equipamentos de informática seja feita não em lote fechado, mas sim por itens, de forma que diferentes licitantes possam fornecer cada um dos produtos licitados. Entretanto, todos os itens estão tecnicamente relacionados, sendo necessário que exista compatibilidade entre os equipamentos e que os serviços sejam executados em função deles. Desta forma, a aquisição deverá ser agrupada em um único lote, não havendo parcelamento.

3.5 Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

1.1.17. Provimento do ambiente necessário para execução dos serviços corporativos da RFB, com altíssima disponibilidade e celeridade, melhorando o desempenho das aplicações e sistemas.

1.1.18. Redução do custo de manutenção (garantia de funcionamento).

1.1.19. Ganhos de performance.

1.1.20. Melhoria do suporte tecnológico aos processos de trabalho.

1.1.21. Aumento da produtividade, em especial pela redução de incidência de defeitos e indisponibilidades.

1.1.22. Possibilitar uma maior capacidade de expansão dos atuais sistemas corporativos e ainda desenvolvimento de outros novos.

1.1.23. Adequação da capacidade da Infraestrutura de TIC às demandas do negócio, conforme a necessidade e no tempo esperado.

1.1.24. Redução do consumo de energia, devido a melhor eficiência dos componentes e diminuição no total de processadores do conjunto.

1.1.25. Maior governança, confiabilidade e escalabilidade aos serviços de TIC providos pela COTEC.

3.6 Objetivo da Contratação

1.1.26. O objetivo dessa contratação é a atualização do ambiente informatizado da RFB, substituindo equipamentos, sem garantia de assistência e de suporte técnico, que já chegaram ao final de seu ciclo de vida, mitigando, assim, o risco de descontinuidade dos trabalhos do órgão responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País.

3.7 Justificativa do Registro de Preços

1.1.27. Apesar de o Estudo Técnico ter utilizado boas técnicas estimativas, considerando o histórico de uso de recursos da RFB, o atendimento da necessidade é de difícil previsibilidade, pois decorre de demandas variáveis, como por exemplo o surgimento de



novas operações de investigação/fiscalização ou a reabsorção de serviços que antes eram prestados por Serpro/Dataprev.

1.1.28. Ademais, a quantidade de recursos estipulados no Estudo Técnico se refere apenas a necessidade prevista para o Órgão após alguns anos, sendo mais prudente adquirir, no momento inicial, apenas os servidores realmente necessários para executar as demandas atuais e apenas adquirir os demais quando o consumo dos recursos forem aumentando.

1.1.29. Dessa forma, esta aquisição se enquadra ao inciso III do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 2013, que reza que “o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas”.

4 Classificação dos Bens Comuns

1.1.30. Esta contratação se trata de aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade do objeto podem ser objetivamente definidos em Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado, sendo facilmente identificável pelos potenciais fornecedores. Desta forma, a escolha da modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para a realização do presente processo licitatório atende ao que preceitua o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, assim como o inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024, de 2019.

5 Especificação dos Requisitos da Contratação

1.2.Requisitos de Negócio

1.2.1. Todos os requisitos de negócio, requisitos técnicos funcionais e não-funcionais são apresentados no Anexo I - A – Especificação Técnica da Solução de TIC.

5.1 Requisitos de Capacitação

1.2.2. Uma ação de repasse de conhecimento está prevista no Anexo I - A – Especificação Técnica da Solução de TIC.

5.2 Requisitos Legais

1.2.3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

1.2.4. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art.37, inciso XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

1.2.5. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.

1.2.6. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



- 1.2.7.** Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
- 1.2.8.** Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666/93, e dispõe sobre o SICAF.
- 1.2.9.** Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.
- 1.2.10.** Decreto nº 7.010, de 16 de novembro de 2009, dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.
- 1.2.11.** Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal.
- 1.2.12.** Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.
- 1.2.13.** Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas.
- 1.2.14.** Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
- 1.2.15.** Instrução Normativa MP/SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014 (alterado pela IN nº 3, de 20 de abril de 2017), que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
- 1.2.16.** Instrução Normativa ME/SEDGG/SGD nº 01, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
- 1.2.17.** Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016, que dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 1.2.18.** Portaria RFB nº 450, de 28 de abril de 2004 que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

5.3 Requisitos de Garantia, Suporte e Manutenção

- 1.2.19.** A garantia, o suporte e a manutenção funcionarão de acordo com do Anexo I - A desse Termo de Referência.

5.4 Requisitos Temporais



- 1.2.20.** Todos requisitos temporais estão descritos no Anexo I - A – Especificação Técnica da Solução de TIC. deste Termo de Referência, assim como no item 32 Fluxograma de Prazos em Situações de Conformidade até o pagamento:.

5.5 Requisitos de Segurança Física e de Segurança da Informação

- 1.2.21.** Obedecer às políticas de segurança da informação conforme a portaria SRF Nº 450, de 28 de abril de 2004.

- 1.2.22.** Obedecer à Resolução CTIC/MF número 010 de 10 de agosto de 2017.

5.6 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 1.2.23.** Os serviços prestados e os bens fornecidos pela(s) CONTRATADA(s) deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

- 1.2.24.** A(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE, quando for o caso.

5.7 Requisitos de Arquitetura Tecnológicas

- 1.2.25.** A arquitetura tecnológica, especificações e peculiaridades da Solução Atual e da Solução a ser contratada constam no Anexo I - A – Especificação Técnica da Solução de TIC.

5.8 Requisitos de Experiência Profissional

- 1.2.26.** Os profissionais da CONTRATANTE que atuam com a infraestrutura do seu parque tecnológico já possuem experiência no tipo de objeto dessa Contratação. Desta forma, não será necessária experiência profissional complementar além da especificada no 5 - Requisitos de Capacitação.

5.9 Requisitos de Formação da Equipe

- 1.2.27.** Os profissionais da RFB que atuam com a infraestrutura do seu parque tecnológico já estão formados em equipes e não necessitam de ajustes extras às atuais.

5.10 Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 1.2.28.** Não foram identificados requisitos específicos para metodologia de trabalho do uso da nova solução.

6 Responsabilidades

6.1 Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- 1.2.29.** Nomear Gestores e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para



acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.

- 1.2.30.** Promover reunião inicial entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE para alinhamento das expectativas.
- 1.2.31.** Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para a plena execução do contrato.
- 1.2.32.** Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
- 1.2.33.** Proporcionar todos os meios necessários para a CONTRATADA executar a prestação dos serviços e fornecimento dos bens objetos do contrato, permitindo o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da CONTRATANTE, principalmente as de segurança, inclusive àqueles referentes a identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências.
- 1.2.34.** Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 1.2.35.** Recusar o objeto entregue em desacordo com o contrato.
- 1.2.36.** Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores e/ou ao meio ambiente.
- 1.2.37.** Notificar à CONTRATADA, por escrito, todas e quaisquer ocorrências detectadas relacionadas com o fornecimento da solução de TIC e exigir medidas corretivas necessárias, fixando prazo para a sua correção ou solicitando imediata interrupção, se for o caso.
- 1.2.38.** Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações assumidas.
- 1.2.39.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável.
- 1.2.40.** Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) após recebimento definitivo do(s) objeto(s) contratado(s).
- 1.2.41.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.
- 1.2.42.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação em vigor.
- 1.2.43.** Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 1.2.44.** Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração.

6.2 Deveres e responsabilidades da CONTRATADA



- 1.2.45.** Indicar formalmente, em até **5 (cinco) dias úteis** da reunião inicial, preposto e substituto aptos a representá-la junto à CONTRATANTE, os quais devem responder pela fiel execução do contrato, orientar a Equipe da CONTRATADA, bem como comparecer à CONTRATANTE sempre que convocados.
- 1.2.46.** Executar o objeto contratado conforme as condições estipuladas no edital e em seus anexos, na proposta e no contrato.
- 1.2.47.** Fornecer para a CONTRATANTE documentação oficial que comprove que a titularidade dos equipamentos fornecidos pertence à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- 1.2.48.** Disponibilizar para download, durante o prazo de manutenção e suporte técnico, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança, de funcionalidades e releases referentes aos softwares cujos equipamentos foram adquiridos, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da atualização ou releases.
- 1.2.49.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato.
- 1.2.50.** Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela CONTRATANTE, obedecendo aos parâmetros e rotinas estabelecidos de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes.
- 1.2.51.** Observar todas as normas de segurança adotadas pela CONTRATANTE, inclusive no que diz respeito às normas referentes ao ambiente informatizado.
- 1.2.52.** Assegurar a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos dados, informações e sistemas informatizados, inclusive de todas as suas alterações, manuais, programas fonte e objeto, bases de dados, fitas e discos magnéticos ou outros recursos, pertencentes à CONTRATANTE, armazenados ou residentes na CONTRATADA, se for o caso.
- 1.2.53.** Cumprir as disposições do Termo de Compromisso e do Termo de Ciência.
- 1.2.54.** Não divulgar projetos, serviços e soluções de TIC da CONTRATANTE, nem falar em nome dela em nenhum tipo de mídia sem prévia autorização da mesma.
- 1.2.55.** Não disponibilizar qualquer informação de propriedade da CONTRATANTE, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a anuência expressa do Órgão.
- 1.2.56.** Atender às solicitações dos membros da Equipe de Gestão do Contrato inerentes às obrigações contratuais.
- 1.2.57.** Comunicar imediatamente e por escrito ao Gestor do Contrato todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do contrato, bem como qualquer ocorrência relevante à execução contratual.
- 1.2.58.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 1.2.59.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por



culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

- 1.2.60. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 1.2.61. Registrar, tempestivamente, mediante relatório circunstanciado, todos os casos que a eximam de responsabilidade (negligência, mau uso, instalações e outros).
- 1.2.62. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.
- 1.2.63. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 1.2.64. Apresentar fatura no valor autorizado e condições do contrato, apresentando-a à CONTRATANTE para ateste e pagamento após a autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato.
- 1.2.65. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e os demais previstos em legislação específica resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal relacionadas à execução da mesma.
- 1.2.66. Arcar com todos os custos e encargos inerentes à execução do contrato – deslocamento de técnicos, diárias de hotel, transportes de componentes e equipamentos, treinamentos, dentre outros.
- 1.2.67. Responsabilizar-se por quaisquer encargos, despesas, taxas, inclusive de seguro, decorrentes das operações necessárias às **entregas** dos objetos contratados.
- 1.2.68. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.
- 1.2.69. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço e fornecimento dos equipamentos.
- 1.2.70. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 1.2.71. Manter os seus profissionais devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI (se for o caso), quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.
- 1.2.72. Providenciar a imediata substituição de qualquer profissional que não atenda às necessidades inerentes à execução do objeto contratado.
- 1.2.73. Efetuar de imediato o afastamento do atendimento à CONTRATANTE de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam inadequados à execução



do contrato.

1.2.74. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.

1.2.75. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.

6.3 Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

1.2.76. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

1.2.77. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados.

1.2.78. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

1.2.78.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível;

1.2.78.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.

1.2.79. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

1.2.79.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

1.2.79.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela CONTRATADA;

1.2.79.3. As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

7 Modelo de Execução do Contrato

7.1 Rotinas de Execução

7.1.1 Da Contratação

1.2.79.4. Adjudicado o objeto e homologado o resultado do Pregão e, antes da celebração do instrumento de contrato, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar(em) a Ata de Registro de Preços, tornando-se Fornecedor (s) Registrado(s).



- 1.2.79.5.** Antes das assinaturas da Ata de Registro de Preços será verificada pela CONTRATANTE, por meio de consulta on-line ao Sicaf, a comprovação da regularidade do(s) fornecedor(es), bem como, será procedida consulta ao Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, ao Ceis, de que trata a Portaria MCT nº 516, de 2010, no sítio www.portaltransparencia.gov.br/ceis, ao Cncia, do Conselho Nacional de Justiça, no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, e a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, no sítio do Tribunal Superior do Trabalho – www.tst.jus.br/certidão, as quais serão juntadas ao processo de licitação.
- 1.2.79.6.** Se o(s) fornecedor(es) não assinar(em) os Termos de Contratos no prazo estabelecido, ou recusar(em)-se injustificadamente a assiná-lo, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sujeitando-se a(s) licitante(s) desistente(s) à penalidade prevista neste Termo de Referência.
- 1.2.79.6.1.** Tratando-se de Registro de Preços, na situação citada neste subitem, antes da celebração do termo de contrato, o(s) licitante(s) remanescente(s) será(ão) convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.
- 1.2.79.7.** Em caso de constatação de registro, que impossibilite a contratação, em qualquer dos sistemas citados no 12, a contratação não poderá ser formalizada, acarretando a inabilitação do licitante, podendo a Administração utilizar a faculdade já prevista no subitem 12 deste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 1.2.79.8.** O(s) fornecedor(es) será(ão) convocado(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, celebrar(em) os Termos de Contratos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.
- 1.2.79.9.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão para as assinaturas dos Termos de Contratos, a Administração poderá encaminhá-los para assinatura(s) do(s) fornecedor(es), mediante correspondência(s) postal(is) com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que sejam assinados e enviados no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de seus recebimentos.
- 1.2.79.10.** Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.
- 1.2.79.11.** Para o Lote I, o(s) contrato(s) vigorará(ão) por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua(s) assinatura(s).
- 1.2.79.12.** Os termos das vigências dos contratos não exoneram cada CONTRATADA de sua responsabilidade em promover e assegurar a assistência técnica da garantia estando sujeita, na hipótese do descumprimento da responsabilidade assumida e mesmo depois de expiradas as vigências dos contratos às penalidades previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e penal.
- 1.2.79.13.** A CONTRATADA deverá, durante todo o período da prestação dos serviços de garantia, informar à CONTRATANTE todas as vezes em que for lançada uma nova versão



de software ou firmware ou patch ou sistema operacional, propondo data para atualização dos mesmos, para aprovação da CONTRATANTE.

7.1.2 Da Reunião Inicial e Dinâmica dos Contratos

- 1.2.79.14.** Compete ao Gestor do Contrato comunicar à CONTRATADA a data, hora e local de realização da Reunião Inicial com, no mínimo, 5 dias úteis de antecedência.
- 1.2.79.15.** No prazo de 5 (cinco) dias úteis após a sua Reunião Inicial, a CONTRATADA deverá designar um representante, técnico especialista comprovadamente habilitado na solução, para atuar como “Gerente Técnico”, para o tratamento de todas as questões administrativas e técnicas referentes à solução adquirida, incluindo a entrega e instalação dos bens adquiridos, bem como o início dos serviços de garantia dos equipamentos existentes.
- 1.2.79.16.** A CONTRATADA, através de seus representantes legais, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da Reunião Inicial deverá assinar um TERMO DE COMPROMISSO e TERMO DE CIÊNCIA.
- 1.2.79.17.** No prazo de 5 (cinco) dias úteis da Reunião Inicial, a CONTRATADA deverá fornecer documentações técnicas completas e atualizadas, contendo manuais, guias de instalação, guias de configuração, melhores práticas e outros pertinentes, de forma digitalizada em meio eletrônico.
- 1.2.79.18.** Eventuais necessidades de interrupção de alguma ou das funcionalidades da atual solução deverão ser previamente comunicadas à CONTRATANTE para avaliação indicando quando ocorrerá, onde ocorrerá, duração e possíveis impactos nos serviços e na segurança de redes da CONTRATANTE, além de quais as operações envolvidas.
- 1.2.79.19.** No prazo de 8 (oito) dias úteis da Reunião Inicial, a CONTRATADA deverá fornecer documentação da garantia e suporte da solução.
- 1.2.79.20.** Quaisquer atualizações das documentações mencionadas deverão ser fornecidas, sem ônus, durante o período de garantia de todos os softwares;
- 1.2.79.21.** Após 30 dias da Reunião Inicial, a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE um Plano de Implantação para seu respectivo lote.
- 1.2.79.22.** Todos os outros detalhamentos como procedimentos de instalação física e lógica, de migração e de repasse de conhecimento, além do detalhamento do suporte e da garantia e das demais etapas a serem executadas estão descritas no Anexo I - A deste Termo de Referência.

7.1.3 Dos Documentos a Serem Apresentados pela Contratada/Licitante

- 1.2.79.23.** Durante a sessão do Pregão:
 - 1.2.79.23.1.** Proposta Técnica;
 - 1.2.79.23.2.** Proposta Comercial;
 - 1.2.79.23.3.** Planilha item a item prevista no item 14;
- 1.2.79.24.** No prazo de 5 (cinco) dias úteis da Reunião Inicial:



1.2.79.24.1. Termo de Ciência (Anexo I - C);

1.2.79.24.2. Termo de Compromisso (Anexo I - D).

1.2.79.25. No prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, para os casos previstos:

1.2.79.25.1. Comprovante de prestação de garantia de execução contratual.

7.1.4 Do Dimensionamento da Proposta Comercial

1.2.79.26. A detentora da melhor proposta para o lote deverá apresentar documentação técnica comprovando o pleno atendimento a todos os requisitos do Anexo I - A - Especificação Técnica da Solução de TIC. A comprovação deve ser realizada através de planilha item a item indicando o(s) documento(s) e a(s) página(s) onde encontrar as suas características.

1.2.79.26.1. Entende-se como documentação técnica: manuais dos fabricantes, datasheets, folders, e, excepcionalmente, declarações, fotos e atestados.

1.2.79.27. A Proposta Comercial a ser apresentada pelo detentor do melhor lance para o lote deverá ser semelhante ao modelo abaixo:

| Lote | Item | Descrição | Detalhamento | Quantidade | Valor |
|------|------|---------------------|--------------|------------|-------|
| I | 1 | Servidor de rede | | 8 | |
| | 2 | Instalação | | 8 | |
| | 3 | Migração | | 1 | |
| | 4 | Repasse operacional | | 1 | |

7.1.5 Da Fiscalização do Contratos

1.2.79.28. A execução de cada contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação feita por equipe de gerenciamento designada pela CONTRATANTE, da qual farão parte: Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Requisitante e Fiscal Administrativo.



- 1.2.79.29.** A fiscalização de que trata este item SERÁ EXERCIDA NO INTERESSE DA CONTRATANTE e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).
- 1.2.79.30.** À CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os objetos, se em desacordo com as especificações exigidas no Anexo I - A deste Termo de Referência e com as constantes na proposta.
- 1.2.79.31.** O representante da Administração será designado para atestar as Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA, se em acordo com os critérios pactuados.
- 1.2.79.32.** A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações do objeto contratado, de modo idêntico àquelas constantes dos Termos de Contratos.
- 1.2.79.33.** A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os objetos contratados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.
- 1.2.79.34.** Todas as comunicações relativas aos presentes contratos serão consideradas regularmente feitas desde que entregues, ou enviadas por carta protocolada, telegrama ou e-mail, devidamente confirmados.
- 1.2.79.35.** Qualquer mudança de endereço deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 1.2.79.36.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes aos objetos dos contratos, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.
- 1.2.79.37.** O Gestor do Contrato anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 1.2.79.38.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Equipe de Gestão do Contrato deverão ser solicitadas a instâncias superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

7.1.6 Dos Papeis e Responsabilidades

1.2.79.39. Fiscal Requisitante

- 1.2.79.39.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, interagindo com intervenientes para sanar as irregularidades observadas.
- 1.2.79.39.2.** Submeter à área requisitante, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências dessa área.



- 1.2.79.39.3.** Submeter ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências exclusivas do Gestor.
- 1.2.79.39.4.** Avaliar, em conjunto com o Fiscal Técnico, as qualidades dos objetos recebidos provisoriamente, com emissão do Termo de Avaliação da Qualidade.
- 1.2.79.39.5.** Emitir, em conjunto com o Gestor do Contrato, as Ordens de Serviço/Ordens de Fornecimento de Bens e, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato, confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo
- 1.2.79.39.6.** Informar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas no exercício da fiscalização, que sejam passíveis de sanção administrativa.
- 1.2.79.39.7.** Além das demais obrigações que lhe são legalmente imputadas.
- 1.2.79.40. Fiscal Técnico**
- 1.2.79.40.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, interagindo com intervenientes para sanar as irregularidades observadas.
- 1.2.79.40.2.** Submeter à área técnica, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências dessa área.
- 1.2.79.40.3.** Submeter ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências exclusivas do Gestor.
- 1.2.79.40.4.** Receber provisoriamente o objeto do contrato, com emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- 1.2.79.40.5.** Avaliar, em conjunto com o Fiscal Requisitante, a qualidade do objeto recebido provisoriamente, com emissão do Termo de Avaliação da Qualidade.
- 1.2.79.40.6.** Emitir o Termo de Recebimento Definitivo em conjunto com o Fiscal Requisitante.
- 1.2.79.40.7.** Informar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas no exercício da fiscalização, que sejam passíveis de sanção administrativa.
- 1.2.79.40.8.** Além das demais obrigações que lhe são legalmente imputadas.
- 1.2.79.41. Gestor do Contrato**
- 1.2.79.41.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s) e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, interagindo com intervenientes para sanar as irregularidades observadas.
- 1.2.79.41.2.** Convocar reunião inicial para alinhamento de expectativas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.
- 1.2.79.41.3.** Fazer as tratativas processuais junto ao Fiscal Administrativo sobre o processo de pagamento.
- 1.2.79.41.4.** Emitir as Ordens de Serviço em conjunto com o Fiscal Requisitante.
- 1.2.79.41.5.** Receber do Fiscal Técnico o Termo de Recebimento Provisório.



- 1.2.79.41.6.** Analisar as ocorrências levantadas pelo Fiscal Técnico e Requisitante e propor à Área Administrativa a aplicação de sanções ou encaminhamento de demandas de correção à CONTRATADA.
- 1.2.79.41.7.** Instruir processo de solicitação de penalidade.
- 1.2.79.41.8.** Autorizar a CONTRATADA a emitir a nota fiscal/fatura.
- 1.2.79.41.9.** Autorizar o pagamento.
- 1.2.79.41.10.** Manter registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato.
- 1.2.79.41.11.** Submeter às instâncias superiores, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências que ultrapassem à sua competência.
- 1.2.79.41.12.** Além das demais obrigações que lhe são legalmente imputadas.
- 1.2.79.42.** Fiscal Administrativo
 - 1.2.79.42.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos administrativos, interagindo com intervenientes para sanar às irregularidades observadas.
 - 1.2.79.42.2.** Submeter ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências exclusivas do Gestor.
 - 1.2.79.42.3.** Observar, na produção da documentação de execução do contrato, o cumprimento das formalidades previstas.
 - 1.2.79.42.4.** Receber da CONTRATADA a documentação de faturamento (Faturas, Notas Fiscais e outros documentos pertinentes).
 - 1.2.79.42.5.** Conferir documentação de faturamento com relação à sua aderência aos termos contratuais.
 - 1.2.79.42.6.** Verificar regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em sendo o caso.
 - 1.2.79.42.7.** Comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, caso seja constatada a irregularidade fiscal da CONTRATADA.
 - 1.2.79.42.8.** Emitir consulta de regularidade fiscal no SICAF.
 - 1.2.79.42.9.** Receber da CONTRATADA a documentação de faturamento (Faturas, Notas Fiscais e outros documentos pertinentes) e conferir sua aderência aos termos contratuais.
 - 1.2.79.42.10.** Validar Notas Fiscais eletrônicas.
 - 1.2.79.42.11.** Informar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas no exercício da fiscalização, que sejam passíveis de sanção administrativa.



- 1.2.79.42.12.** Verificar a manutenção das condições habilitatórias.
- 1.2.79.42.13.** Além das demais obrigações que lhe são legalmente imputadas.

7.2 Dos Mecanismos Formais de Comunicação

- 1.2.80.** A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, ao qual caberá responder pela fiel execução do contrato, bem como comparecer à CONTRATANTE sempre que convocado.
- 1.2.81.** Para evitar que a CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado substituto(s).
- 1.2.82.** Para a execução do objeto deste Termo de Referência serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:
 - 1.2.82.1.** Função de comunicação 1: Autorizar a execução do contrato.
 - 1.2.82.1.1.** Documento: Ordem de Serviço e/ou Ordem de Fornecimento de Bens.
 - 1.2.82.1.2.** Emissor: CONTRATANTE - Gestor do Contrato e Fiscal Requisitante.
 - 1.2.82.1.3.** Destinatário: CONTRATADA.
 - 1.2.82.1.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 - 1.2.82.1.5.** Periodicidade: Sob demanda.
 - 1.2.82.2.** Função de comunicação 2: Abertura de chamados de suporte técnico e garantia.
 - 1.2.82.2.1.** Documento: Solicitação de abertura de chamado de suporte técnico e garantia.
 - 1.2.82.2.2.** Emissor: CONTRATANTE.
 - 1.2.82.2.3.** Destinatário: CONTRATADA.
 - 1.2.82.2.4.** Meio: Eletrônico, telefone e/ou sítio na Internet.
 - 1.2.82.2.5.** Periodicidade: Sob demanda.
 - 1.2.82.3.** Função de comunicação 3: Registro das reuniões realizadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.
 - 1.2.82.3.1.** Documento: Ata de Reunião.
 - 1.2.82.3.2.** Emissor: CONTRATANTE.
 - 1.2.82.3.3.** Destinatário: CONTRATADA.
 - 1.2.82.3.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 - 1.2.82.3.5.** Periodicidade: A cada reunião.
 - 1.2.82.4.** Função de comunicação 4: Registro de cada solicitação de suporte técnico ou garantia de funcionamento feita pela CONTRATANTE.



- 1.2.82.4.1.** Documento: Relatório de Atendimento Técnico.
- 1.2.82.4.2.** Emissor: CONTRATADA.
- 1.2.82.4.3.** Destinatário: CONTRATANTE.
- 1.2.82.4.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
- 1.2.82.4.5.** Periodicidade: Após cada chamado.
- 1.2.82.5.** Função de comunicação 5: Registro das visitas realizadas pelos técnicos da CONTRATADA.
 - 1.2.82.5.1.** Documento: Relatório de Visita.
 - 1.2.82.5.2.** Emissor: CONTRATADA.
 - 1.2.82.5.3.** Destinatário: CONTRATANTE.
 - 1.2.82.5.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 - 1.2.82.5.5.** Periodicidade: Após a realização dos serviços.
- 1.2.82.6.** Função de comunicação 6: Dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos acerca de itens presentes no contrato firmado.
 - 1.2.82.6.1.** Documento: Ofício.
 - 1.2.82.6.2.** Emissor: CONTRATADA ou CONTRATANTE.
 - 1.2.82.6.3.** Destinatário: CONTRATADA ou CONTRATANTE.
 - 1.2.82.6.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 - 1.2.82.6.5.** Periodicidade: Sob demanda.
- 1.2.82.7.** Função de comunicação 7: Confirmação da conclusão do atendimento ou chamado técnico.
 - 1.2.82.7.1.** Documento: “De acordo” da conclusão de chamado ou atendimento técnico.
 - 1.2.82.7.2.** Emissor: Fiscal Técnico (CONTRATANTE).
 - 1.2.82.7.3.** Destinatário: CONTRATADA.
 - 1.2.82.7.4.** Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento.
 - 1.2.82.7.5.** Periodicidade: Sob demanda.
- 1.2.82.8.** Função de comunicação 8: Acusar o recebimento provisório do objeto da contratação.
 - 1.2.82.8.1.** Documento: Termo de Recebimento Provisório.
 - 1.2.82.8.2.** Emissor: Fiscal Técnico (CONTRATANTE).



- 1.2.82.8.3.** Destinatário: Gestor do Contrato (CONTRATANTE).
- 1.2.82.8.4.** Meio: Papel ou eletrônico com confirmação de recebimento.
- 1.2.82.8.5.** Periodicidade: Sob demanda.
- 1.2.82.9.** Função de comunicação 9: Atestar a qualidade do objeto da contratação.
 - 1.2.82.9.1.** Documento: Termo de Avaliação de Qualidade.
 - 1.2.82.9.2.** Emissor: Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante (CONTRATANTE).
 - 1.2.82.9.3.** Destinatário: Gestor do contrato (CONTRATANTE).
 - 1.2.82.9.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento.
 - 1.2.82.9.5.** Periodicidade: Sob demanda.
- 1.2.82.10.** Função de comunicação 10: Acusar o recebimento definitivo do objeto da contratação.
 - 1.2.82.10.1.** Documento: Termo de Recebimento Definitivo.
 - 1.2.82.10.2.** Emissor: Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante (CONTRATANTE).
 - 1.2.82.10.3.** Destinatário: CONTRATADA.
 - 1.2.82.10.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 - 1.2.82.10.5.** Periodicidade: Sob demanda.
- 1.2.82.11.** Função de comunicação 11: Comunicar autorização para faturamento.
 - 1.2.82.11.1.** Documento: Autorização para faturamento.
 - 1.2.82.11.2.** Emissor: Gestor do Contrato (CONTRATANTE).
 - 1.2.82.11.3.** Destinatário: CONTRATADA.
 - 1.2.82.11.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 - 1.2.82.11.5.** Periodicidade: Sob demanda.
- 1.2.82.12.** Função de comunicação 12: Receber notas fiscais/fatura.
 - 1.2.82.12.1.** Documento: Nota Fiscal/Fatura.
 - 1.2.82.12.2.** Emissor: CONTRATADA.
 - 1.2.82.12.3.** Destinatário: Fiscal Administrativo (CONTRATANTE).
 - 1.2.82.12.4.** Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 - 1.2.82.12.5.** Periodicidade: Sob demanda.
- 1.2.82.13.** Função de comunicação 13: Comunicar pagamento.
 - 1.2.82.13.1.** Documento: Notificação de pagamento.



- 1.2.82.13.2.** Emissor: Gestor do Contrato (CONTRATANTE).
- 1.2.82.13.3.** Destinatário: CONTRATADA.
- 1.2.82.13.4.** Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
- 1.2.82.13.5.** Periodicidade: Sob demanda.

7.3 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 1.2.83.** A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.
- 1.2.84.** O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no Anexo I - D – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo. e no Anexo I - C – Termo de Ciência.
- 1.2.85.** Com a presente contratação, as licenças necessárias, os equipamentos e a respectiva infraestrutura para a implementação de toda a solução presente no lote, assim como a documentação utilizada para transferência de conhecimento, passam a ser de propriedade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- 1.2.86.** É vedada a veiculação de publicidade acerca dos contratos, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 1.2.87.** Os requisitos de segurança estão descritos na Portaria RFB nº 450, de 28 de abril de 2004, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Essa contratação atende ao disposto na referida portaria. A instalação de softwares, firmwares, equipamentos, sistemas operacionais, patches, dentre outros será realizada na infraestrutura tecnológica da RFB, de modo que não haja envio de dados para servidores remotos fora do ambiente da própria Secretaria.

8 Modelo de Gestão do Contrato

8.1 Critérios de Aceitação

- 1.2.88.** Todos os critérios para aceitação da solução a ser contratada constam no Anexo I - A – Especificação Técnica da Solução de TIC. deste Termo de Referência.

8.2 Procedimentos de Teste e Inspeção para Recebimento

- 1.2.89.** Após a assinatura dos contratos, o Fiscal Técnico solicitará ao Gestor do Contrato que emita a Ordem de Serviço – OS/Ordem de Fornecimento de Bens – OFB, autorizando formalmente à CONTRATADA a iniciar a prestação do serviço/entrega dos objetos em



Brasília/DF previstos neste Termo de Referência.

- 1.2.90.** O prazo final de início de fornecimento/prestação de serviço será 60 (sessenta) dias contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens/Ordem de Serviço, na quantidade e local de entrega definidos.
- 1.2.91.** No local de entrega, o Fiscal Técnico fará o recebimento do objeto, limitando-se a verificar a sua conformidade referente ao quantitativo. Em caso de conformidade, o Fiscal Técnico fará constar no canhoto e no verso do documento de entrega a data de entrega dos objetos.
- 1.2.92.** Em caso de não conformidade dos objetos entregues/serviços prestados, o Fiscal Técnico não fará o recebimento e discriminará, mediante termo circunstanciado, em (2) duas vias, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos ao Gestor do Contrato, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do termo, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis.
- 1.2.93.** De posse do documento de entrega, o Fiscal Técnico atestará o recebimento provisório dos objetos contratados mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP), circunstanciado, em 2 (duas) vias, que será assinado por ele, e por representante da CONTRATADA, que receberá uma via do referido termo. A outra via deverá ser encaminhada pelo Fiscal Técnico ao Gestor do Contrato.
- 1.2.94.** Imediatamente após o recebimento provisório, iniciará o procedimento para o recebimento definitivo. Ele consistirá na verificação da efetiva conclusão da implantação, da instalação, da configuração e da ativação dos equipamentos recebidos, migração de todo ambiente atual além da prestação do suporte da solução, conforme as especificações.
- 1.2.95.** A avaliação de qualidade da solução recebida provisoriamente será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da data de conclusão da instalação e migração dos equipamentos. Em caso de conformidade do objeto com aquela contratada, relativamente a especificações e funcionamento, o Fiscal Técnico e o Fiscal Requisitante emitirão um Termo de Avaliação de Qualidade (TAQ), atestando que o objeto possui a qualidade prevista neste Termo de Referência, e o encaminhará ao Gestor do Contrato.
- 1.2.96.** Os serviços e os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 1.2.97.** Em caso de não conformidade, o Fiscal Técnico e o Fiscal Requisitante discriminarão, mediante termo circunstanciado, em duas vias, as irregularidades encontradas e providenciarão a imediata comunicação dos fatos ao Fiscal Administrativo e ao Gestor dos Contratos, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do termo, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis.
- 1.2.98.** O Gestor do Contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.



- 1.2.99.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos da emissão do Termo de Avaliação de Qualidade, caso não haja irregularidades, o Fiscal Técnico, em conjunto com o Fiscal Requisitante, confeccionará o Termo de Recebimento Definitivo, circunstanciado, em 2 (duas) vias, que deverá ser assinado por ambos.
- 1.2.100.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 23 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 1.2.101.** De posse do Termo de Recebimento Definitivo, o Gestor dos Contratos autorizará à CONTRATADA a emitir a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s).
- 1.2.102.** À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas nos recebimentos provisório e definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 1.2.103.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do objeto contratado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo de garantia de funcionamento contratado.

8.3 Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

- 1.2.104.** Os serviços e fornecimento do objeto deverão ser executados com base nos parâmetros a seguir estabelecidos e seu indicador.
- 1.2.105.** No que se refere à entrega, o Fiscal Técnico e o Fiscal Requisitante emitirão um Termo de Avaliação de Qualidade (TAQ), atestando que o objeto possui a qualidade prevista nesse Termo de Referência, e o encaminhará ao Gestor do(s) Contrato(s), sendo que a avaliação de qualidade da solução recebida provisoriamente será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da data de conclusão da instalação e migração dos equipamentos e serão avaliadas as especificações técnicas contidas no Anexo I -A desse documento.

1.2.106. Instrumento de medição de resultado

| Indicador 01: Indicador de Atraso de Entrega (IAE) | | |
|--|---|--|
| Tópico | Descrição | |
| Finalidade | Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço\Ordem de Fornecimento de Bens. | |
| Meta a cumprir | IAE ≤ 0 | A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço\Ordem de fornecimento de Bens dentro do prazo previsto. |
| Instrumento de medição | Por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos. | |
| Forma de acompanhamento | A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS/OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS/OFB (desde que o | |



| | |
|-------------------------------|--|
| Periodicidade | fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS/OFB. |
| | De acordo com cada OS/OFB encerrada e com seu respectivo Termo de Recebimento Definitivo emitido. |
| Mecanismo de cálculo | $IAE = (TEx - TEst)/TEst$ <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS/OFB;</p> <p>TEx – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS/OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS/OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OS/OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS/OFB.</p> <p>A data de entrega da OS/OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS/OFB continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OS/OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEst – Tempo Estimado para a execução da OS/OFB – constante na OS/OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p> |
| Observações | <p>Obs. 1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs. 2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> <p>Obs. 3: Não se aplicará este indicador para as OS/OFB com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.</p> |
| Início da vigência | A partir da emissão da OS/OFB. |
| Faixas de ajuste no pagamento | <p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS/OFB;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OS/OFB;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 1,0% sobre o valor da OS/OFB;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 5,0% sobre o valor da OS/OFB;</p> <p>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 10% sobre o valor da OS/OFB;</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 12,5% sobre o valor da OS/OFB e além das demais sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.</p> |

8.4 Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento

1.2.107.Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto nº 10.024, de 2019, o CONTRATADO que, no decorrer da contratação:

| Item | Infração | Grau |
|------|----------|------|
|------|----------|------|



| | | |
|----|---|----|
| 1 | Descumprir prazos, exceto quanto aos itens 3, 5 e 6 | 1 |
| 2 | Descumprir quaisquer obrigações, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves | 2 |
| 3 | Atrasar em até 30 dias úteis o atendimento de chamado em garantia de funcionamento | 2 |
| 4 | Não entregar documentação considerada simples solicitada pela CONTRATANTE | 3 |
| 5 | Atrasar em até 60 dias úteis o atendimento de chamado em garantia de funcionamento | 3 |
| 6 | Atrasar acima de 60 dias úteis o atendimento de chamado em garantia de funcionamento | 4 |
| 7 | Descumprir as obrigações de sigilo e/ou transferência de conhecimento | 4 |
| 8 | Desatender às solicitações da CONTRATANTE | 5 |
| 9 | Descumprir quaisquer obrigações contratuais, não explicitadas nos demais anteriores, que sejam consideradas médias | 5 |
| 10 | Executar o objeto contratado de forma imperfeita às exigências e não substituir no prazo estipulado | 6 |
| 11 | Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual | 7 |
| 12 | Não entregar documentação importante solicitada pela CONTRATANTE | 7 |
| 13 | Descumprir quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas graves | 8 |
| 14 | Descumprir a legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta) | 9 |
| 15 | Cometer atos protelatórios durante a execução com adiamento dos prazos, visando ensejar alterações de valores decorrentes de reajuste ou revisão dos preços contratados | 9 |
| 16 | Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, durante a execução do objeto | 9 |
| 17 | Cometer atos ilegais visando frustrar a conclusão do objeto contratado | 9 |
| 18 | Cometer inexecução total do Contrato | 10 |

1.2.108. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1.2.108.1. Quanto à mora:

| Grau | Multa moratória |
|------|-----------------|
| 1 | 0,01% ao dia |
| 2 | 0,2% ao dia |



| | |
|---|-------------|
| 3 | 0,5% ao dia |
| 4 | 1% ao dia |
| 5 | 1,5% ao dia |
| 6 | 2% ao dia |
| 7 | 3% ao dia |
| 8 | 4% ao dia |
| 9 | 5% ao dia |

1.2.108.2. Quanto à compensatória:

| Grau | Multa compensatória |
|------|---------------------|
| 1 | 0,1% por ocorrência |
| 2 | 0,1% por ocorrência |
| 3 | 0,1% por ocorrência |
| 4 | 0,2% por ocorrência |
| 5 | 0,3% por ocorrência |
| 6 | 0,3% por ocorrência |
| 7 | 0,3% por ocorrência |
| 8 | 1% por ocorrência |
| 9 | 2% por ocorrência |
| 10 | 5% por ocorrência |

1.2.108.3. Quanto ao impedimento de contratar:

| Grau | Impedimento prazo (*) |
|------|-----------------------|
| 1 | Não |
| 2 | Não |
| 3 | Não |
| 4 | Não |
| 5 | de 6 meses até 1 ano |
| 6 | de 1 ano até 2 anos |
| 7 | de 2 anos até 3 anos |
| 8 | de 3 anos até 4 anos |
| 9 | de 4 anos até 5 anos |
| 10 | 5 anos |

(*) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de



até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e das demais cominações legais.”- art. 7º, caput, da Lei nº 10.520, de 2002.

1.2.109. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1.2.109.1. Multa pecuniária moratória, por dia útil de atraso injustificado, sem prejuízo das demais sanções;

1.2.109.1.1. Quando for relativa ao não atendimento de chamado nos prazos estabelecidos, a base de cálculo é o valor total do objeto inadimplido, limitando-se a 30 (trinta) dias e a 10% (dez por cento) da base de cálculo. No cálculo, a contagem será desde o primeiro dia útil de atraso, independente do grau aplicado.

1.2.109.1.2. Quando for relativa a outros prazos contratuais descumpridos, a base de cálculo será o valor total global do Contrato.

1.2.109.2. Multa pecuniária compensatória, cuja base de cálculo é o valor total global do Contrato, sem prejuízo das demais sanções;

1.2.109.3. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no Edital, em Contrato e em outras previsões legais;

1.2.109.4. O valor cumulado das sanções não pode superar 10 % do valor total do Contrato.

1.2.110. No processo de apuração de supostas irregularidades deverão ser consideradas as seguintes definições:

1.2.110.1. Documentos simples são aqueles que mesmo deixando de ser apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, não interferem na execução do objeto de forma direta ou não causem prejuízos à Administração;

1.2.110.2. Documentos importantes são aqueles que se não apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, interferem na execução do objeto de forma direta ou indireta ou causam prejuízos à Administração;

1.2.110.3. Descumprimentos de obrigações contratuais leves são aquelas que não interferem diretamente na execução do objeto e que não comprometem prazos ou serviços, tais como obrigações acessórias;

1.2.110.4. Descumprimentos de obrigações contratuais médias são aquelas que, mesmo interferindo na execução do objeto, não comprometem prazos ou serviços de forma significativa;

1.2.110.5. Descumprimentos de obrigações contratuais graves são aquelas que, mesmo interferindo na execução do objeto e comprometendo prazos ou serviços de forma significativa, não caracterizam inexecução total do objeto;

1.2.110.6. Execução imperfeita: é aquela passível de aproveitamento a despeito de falhas não corrigidas;



- 1.2.110.7.** Inexecução total: descumprir o que foi estipulado no contrato em quantidade ou qualidade ou de forma ou prazo.
- 1.2.111.**A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 1.2.112.**As sanções serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial.
- 1.2.113.**A “multa” poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais sanções.
- 1.2.113.1.** A multa, quando não recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação ao CONTRATADO, deverá ser descontada da garantia prestada pelo CONTRATADO, caso tenha sido exigida no Edital, ou de seus eventuais créditos ou cobrada judicialmente.
- 1.2.114.**Sem prejuízo das sanções previstas, poderá a Administração aplicar isoladamente ou cumulativamente, as medidas contidas no art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 1.2.115.**A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.
- 1.2.116.**As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a CONTRATADA será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.
- 1.2.116.1.** As sanções também serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), instituído pela Portaria CGU nº 516, de 2010, quando cabível.
- 1.2.117.**Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa, deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 1.2.118.**A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 1.2.119.**O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 1.2.120.**Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de aplicação de



sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

- 1) Greve Geral;
- 2) Calamidade Pública;
- 3) Interrupção dos meios de transporte;
- 4) Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- 5) Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 2002).

1.2.120.1. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela CONTRATADA.

1.2.120.2. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, será considerado como tendo se iniciado a ocorrência 24 (vinte e quatro) horas antes da solicitação.

8.5 Do Pagamento

1.2.121. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará ao Fiscal Administrativo, após a autorização do Gestor do Contrato, a respectiva nota fiscal/fatura do objeto contratado.

1.2.122. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado no contrato, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei.

1.2.123. Caso os dados da fatura estejam incorretos, a CONTRATADA deverá emitir nova fatura, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

1.2.124. Caso a fatura seja emitida pela CONTRATADA com valores em desacordo com o autorizado pela CONTRATANTE, esta procederá com o pagamento apenas da parte por ela reconhecida, devendo a CONTRATADA ser comunicada.

1.2.125. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em moeda corrente nacional, no valor auferido no processo licitatório, por meio de Ordem Bancária, até 30 (trinta) dias após o recebimento, pelo Fiscal Administrativo, da Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos demais documentos comprobatórios da entrega da solução, com o depósito na conta-corrente da CONTRATADA, junto a Agência Bancária indicada por ela, verificando-se, antes do pagamento:

1.2.125.1. A comprovação de regularidade do cadastramento e habilitação da CONTRATADA;

1.2.125.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

1.2.126. Constatando-se a situação de irregularidade, a CONTRATADA será advertida para regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa da CONTRATADA aceita pela CONTRATANTE.



- 1.2.127.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 1.2.128.** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa.
- 1.2.129.** Caso a CONTRATADA não regularize sua situação e havendo o efetivo fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.
- 1.2.130.** O Contrato não será rescindido por motivo de inadimplência no SICAF somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso.
- 1.2.131.** Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da CONTRATADA, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizam descumprimento de cláusula contratual, estará o Contrato passível de rescisão e a CONTRATADA sujeita às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.
- 1.2.132.** O pagamento, parcial ou total, só será realizado desde que as obrigações referentes à solução ofertada à CONTRATANTE sejam cumpridas e após a apresentação dos seguintes documentos:
- 1.2.132.1.** Termo de Recebimento Definitivo (TRD), emitido e assinado pelo Fiscal Requisitante e pelo Fiscal Técnico;
 - 1.2.132.2.** Notas fiscais de fatura dos objetos fornecidos.
- 1.2.133.** A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, descontos, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência, do Edital, do Contrato e de outras cominações legais.
- 1.2.133.1.** Sendo o montante insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias, contado da comunicação oficial.
 - 1.2.133.2.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 1.2.134.** No caso de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a do efetivo pagamento.
- 1.2.134.1.** Neste caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = VP \times N \times I, \text{ onde:}$$

EM: Encargos moratórios



VP: Valor da parcela em atraso

N: Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento

I: Índice de atualização financeira, obtido pela fórmula:

$$I = (TX/100)/365, \text{ onde:}$$

TX: Percentual da taxa de juros de mora anual

1.2.135. É vedado à CONTRATANTE o pagamento de despesas de transporte, hospedagem ou quaisquer outras custas dos funcionários da CONTRATADA.

1.2.136. No pagamento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos federais previstos na legislação vigente.

1.2.137. Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 2006, a retenção de tributos será feita na forma da referida Lei Complementar.

8.6 Da Subcontratação

1.2.138. Não será admitida a subcontratação dos objetos licitatórios.

8.7 Alteração Subjetiva

1.2.139. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 Estimativa de Preços da Contratação

1.2.140. De acordo com o art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, que trata de pesquisa de preços, temos uma ordem de preferência, a ser observada para realização da pesquisa de preços, são eles:

1.2.140.1. Painel de Preços;

1.2.140.2. Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;

1.2.140.3. Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

1.2.140.4. Pesquisa direta com fornecedores.

1.2.141. Conforme levantamento realizado, o menor valor da referida contratação é de R\$ 6.080.402,13.

| Lote | Item | Quantidade Licitada | Preço estimado | Total por item e por lote | |
|--------|--------|---------------------|----------------|---------------------------|------------------|
| Lote 1 | Item 1 | 8 | R\$ 753.037,36 | R\$ 6.024.298,88 | R\$ 6.080.402,13 |



| | | | | | |
|------------------------------------|--------|---|---------------|------------------|--|
| | Item 2 | 8 | R\$ 1.500,00 | R\$ 12.000,00 | |
| | Item 3 | 1 | R\$ 35.000,00 | R\$ 35.000,00 | |
| | Item 4 | 1 | R\$ 9.103,25 | R\$ 9.103,25 | |
| Valor total estimado da licitação: | | | | R\$ 6.080.402,13 | |

10 Adequação Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro

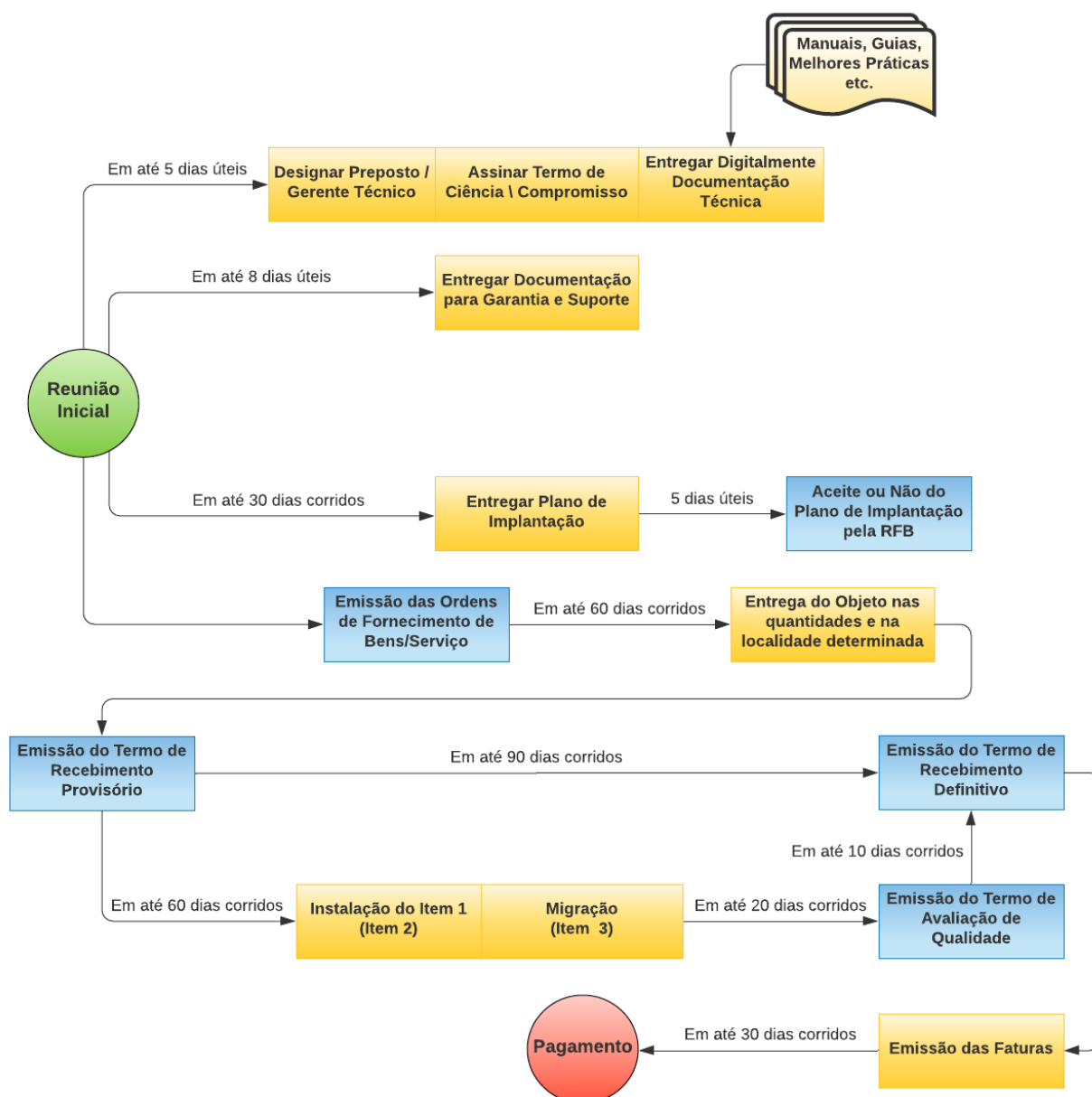
1.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda (2110); Ação Orçamentária “Fortalecimento Institucional” (20VF); Plano Orçamentário “Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Comunicação e Informação” (0008).

| Lote | Item | Natureza de despesa | Subitem | Descrição |
|--------|--------|---------------------|---------|--|
| Lote 1 | Item 1 | 449052 | 43 | Equipamentos de TIC - servidores/Storage |
| | Item 2 | 339040 | 22 | Instalação de Equipamentos de TIC |
| | Item 3 | 339040 | 20 | Treinamento/capacitação em TIC |
| | Item 4 | 339040 | 21 | Serviços técnicos profissionais de TIC |

1.4. A previsão de implantação da solução pretendida por este Termo de Referência está descrita no quadro abaixo:

| Lote | Item | Previsão de emissão da OFB\OS | Previsão de execução financeira total do item após TRD |
|--------|--------|-------------------------------|--|
| Lote 1 | Item 1 | A partir de setembro/2020 | A partir de dezembro/2020 |
| | Item 2 | A partir de setembro/2020 | A partir de dezembro/2020 |
| | Item 3 | A partir de setembro/2020 | A partir de dezembro/2020 |
| | Item 4 | A partir de setembro/2020 | A partir de dezembro/2020 |

1.5. Fluxograma de Prazos em Situações de Conformidade até o pagamento:



11 Vigência do Contrato

1.5.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

12 Do Reajuste de Preços

1.6. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

13 Critérios de Seleção do Fornecedor



13.1 Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

- 1.6.1.** O regime da execução dos contratos é a empreitada por preço global e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço por lote para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.
- 1.6.2.** De acordo com o § 1º do Art. 1º do Decreto nº 10.520, de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço por lote.
- 1.6.3.** A fundamentação pauta-se na premissa que a aquisição de bens e a prestação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, havendo diversos fornecedores capazes de fornecê-los e prestá-los. Caracterizando-se como “bem comum” e “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010>.
- 1.6.4.** O processo licitatório não será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preceitua o art. 6º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o pois o valor estimado para o lote pretendido é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- 1.6.5.** Ainda conforme o Decreto nº 8.538, de 2015, ao lote não se aplicará o benefício referente à cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte pois o lote se trata de uma única solução, sendo impossível subdividi-lo, devido à necessidade de compatibilização de todos os componentes/serviços.

13.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

- 1.6.6.** Para a contratação de serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010;
- 1.6.7.** Será admitida a aplicação da margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, entretanto, quando esta for aplicada, não se aplicará o direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

13.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

- 1.6.8.** Será considerada habilitada, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, o licitante que apresentar atestado de Capacidade Técnico-Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já forneceu:
- 1.6.8.1.** No mínimo 2 equipamentos de uma solução compatível com o objeto do item 1 do Lote I.
- 1.6.8.2.** Um serviço de migração que explicita que o serviço foi prestado dentro do prazo estipulado em contrato.
- 1.6.9.** Terá que ser comprovada a entrega e prestação de serviço dentro do prazo, contendo



informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto deste Termo de Referência e daquele fornecido.

1.6.10. Diferentes atestados de objetos compatíveis fornecidos por entidades distintas poderão ser somados pelos licitantes.

1.6.11. A licitante, caso solicitado, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram fornecidos os equipamentos e/ou prestados os serviços.

1.6.12. A exigência de atestado de Capacidade Técnico-Operacional decorre da necessidade de garantir que o licitante tenha alguma experiência em fornecer e dar suporte ao tipo de equipamento oferecido e minimizar o risco de uma má contratação. A contratação de uma empresa sem capacidade de entrega ou de prestar os serviços de suporte poderá acarretar em graves prejuízos para o Poder Público.

13.4 Critérios de organização dos licitantes

1.6.13. A Participação de empresas reunidas em consórcio não será permitida, tendo em vista que o consórcio de empresas para fins de participação em licitação consiste na associação de empresas para um empreendimento de maior complexidade e o objeto do presente procedimento licitatório enquadra-se como objeto comum e é perfeitamente compatível para diversas empresas atuantes no ramo licitado, que apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, e possuem condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. Ademais, a admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval do Estado, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

14 Considerações Finais

1.7. Neste Termo de Referência não há quaisquer exigências desnecessárias, irrelevantes ou desprovidas de critérios objetivos que terminem por limitar a competição ou forçar a contratação de determinada empresa ou fornecedor. Não há, ofensa ao disposto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 10.520, de 2002: *II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.*

1.8. Não há nenhuma solução, equipamento ou serviços com características e especificações que sejam exclusivas de algum fabricante.

1.9. A Súmula nº 247 emanada pelo TCU foi seguida à risca, evitando juntar em lotes os itens que poderiam ser adquiridos separadamente.

1.10. Não há exigências de natureza ambiental que frustrem o caráter competitivo.



15 Lista de Anexos do Termo de Referência

- 1.11.** Anexo I - A – Especificação Técnica da Solução de TIC.
- 1.12.** Anexo I - B – Planilha de Formação de Preços.
- 1.13.** Anexo I - C – Termo de Ciência.
- 1.14.** Anexo I - D – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

16 Aprovação da Equipe de Planejamento da Contratação

- 1.14.1.** Conforme o § 6º do Art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.
- 1.14.2.** A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria RFB/Sucor/Copol nº 17, de 12 de fevereiro de 2020.



Anexo I - A – Especificação Técnica da Solução de TIC.

Lote I

1 Item 1 – Equipamentos Servidores de Rede para Ambiente de Virtualização

1.1 Gabinete da CPU

- 1.1.1** Deverá ser obrigatoriamente do tipo rack – padrão 19’’ – com altura de, no máximo, 4U. O gabinete deverá ser original do fabricante do equipamento.
- 1.1.2** Possuir display ou LEDs embutidos na parte frontal do gabinete do equipamento para exibição da condição geral de saúde do equipamento (saudável ou em alerta de falha de seus componentes internos). Fontes de alimentação e dispositivos de armazenamento devem possuir indicadores de alertas individuais em seus respectivos componentes.
- 1.1.3** Possuir, no mínimo, 8 baias de drives hot-pluggable.
- 1.1.4** Possuir projeto tool-less, ou seja, não necessita de ferramentas para abertura do gabinete e instalação/desinstalação de placas de expansão.
- 1.1.5** Possuir tampa frontal com trava de segurança.

1.2 Sistema de Ventilação

- 1.2.1** Deverá ser adequado para refrigeração do sistema interno do equipamento na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação.
- 1.2.2** Possuir ventiladores redundantes e hot-pluggable, ou seja, podem ser substituídos mesmo com o equipamento em funcionamento.

1.3 Fonte de Alimentação

- 1.3.1** Deverá vir configurado com, no mínimo, 02 (fontes) fontes de alimentação - de maior potência comercializada para o modelo do equipamento ofertado - redundantes e hot-swappable.
- 1.3.2** Deverão acompanhar cabos, padrão NEMA 5-15P, para cada fonte de alimentação. Os cabos deverão suportar a corrente elétrica compatível com a potência máxima do servidor.
- 1.3.3** A eficiência energética da fonte deverá ser de, no mínimo, 94% para uma carga de 50%;
- 1.3.4** Deverão operar na faixa de tensão de 200V a 240V, com frequência de 50/60 Hertz.

1.4 Processador

- 1.4.1** Possuir 4 processadores de arquitetura x86 para utilização exclusiva em equipamentos servidores de alta-performance. Cada processador deve possuir 28 núcleos e suportar 56 “threads” simultâneas, a fim de maximizar a execução concorrente de



aplicações “multithreaded”.

1.4.2 Cada processador deve possuir, no mínimo, as seguintes características:

- 1.4.2.1** Frequência básica de *clock* de 2.70 GHz ou superior;
- 1.4.2.2** Memória cache L3 de 38,50 MB ou superior;
- 1.4.2.3** Suportar operações em 64 bits;
- 1.4.2.4** Suportar o uso da tecnologia Data Center Persistent Memory (DCPMM);
- 1.4.2.5** Suportar tecnologia que permita a elevação da frequência nominal de forma automática, desde que não ultrapasse os limites de consumo de energia estabelecidos;
- 1.4.2.6** Link de comunicação do processador com o restante do sistema de 10.4 GT/s;
- 1.4.2.7** Possuir tecnologia de otimização para virtualização;
- 1.4.2.8** Suportar 48 vias PCI-Express 3.0;
- 1.4.2.9** Controladora de memória RAM integrada com suporte de, no mínimo, 1TB de memória DDR4-2933 MT/S por processador.

1.5 Performance

- 1.5.1** O modelo de equipamento com os respectivos processadores ofertados deve possuir índice de desempenho “SPECrate 2017 Integer - Throughput Base” de 650, ou superior, auditado pelo Standard Performance Evaluation Corporation (SPEC).
- 1.5.2** O índice “SPECrate 2017 Integer” utilizado como referência será validado junto ao site www.spec.org da Standard Performance Evaluation Corporation (SPEC).
- 1.5.3** Não serão aceitos modelos de equipamentos não auditados pelo SPEC, resultados obtidos com a utilização de equipamentos em cluster e estimativas de resultados. Serão aceitos índices de processadores equivalentes e pertencentes a mesma “série” e “família” do processador ofertado face ao seu fabricante, desde que os mesmos possuam características idênticas, tais como: frequência do clock, memória cache, número de cores, suporte a “threads” simultâneas, número máximo de canais de memória, número máximo de linhas PCI Express do tipo 3.0, tipo de memória e velocidade do link de comunicação do processador com a memória.

1.6 Memória RAM

- 1.6.1** Deve possuir, no mínimo, 48 slots de memória com suporte a memórias do tipo LRDIMM (Load Reduced DIMM) e RDIMM (Registered DIMM).
- 1.6.2** Módulos de memória do tipo DDR4 LRDIMM (Load-Reduced DIMM) ou do tipo DDR4 RDIMM (Registered DIMM) com tecnologia de correção ECC (*Error Correcting Code*) com Column Acces Strobe (CAS) latency (CL) de, no máximo, 21 e com barramento de 2933 MT/s, sendo aceitas outras combinações com valores maiores de frequência e CL desde que suportadas pelos processadores e pelo equipamento e cuja razão (frequência/CL) seja igual ou superior a 140. Comprovações acerca dos requerimentos deste item poderão ser fornecidas através de declaração técnica do distribuidor da memória ou do fabricante do



equipamento.

1.6.3 Possuir 3TB (três terabytes) de capacidade de memória RAM instalada em módulos de 64GB (64 gigabytes). Os módulos de memória deverão estar dispostos de forma a ocupar todos os 48 (quarenta e oito) slots de memória requeridos no item 2, de forma a garantir a maior performance possível da solução.

1.6.4 Deverá suportar as seguintes tecnologias para proteção avançada:

1.6.4.1 Espelhamento de memória;

1.6.4.2 Memória reserva para substituição online;

1.6.4.3 ECC avançado ou tecnologia semelhante de detecção e correção de erros em múltiplos bits de uma mesma DRAM (Dynamic Random Access Memory).

1.7 Circuitos Integrados (*Chipset*) e Placa Mãe

1.7.1 O *chipset* deverá ser da mesma marca do fabricante dos processadores e suportar a velocidade de comunicação dos mesmos.

1.7.2 A Placa-mãe deve ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado, não sendo essa de livre comercialização.

1.7.3 O equipamento deve possuir, no mínimo, 8 (oito) slots de expansão PCI-Express de 3ª geração (PCIe 3.0), sendo: pelo menos 3 (três) slots de expansão padrão PCI-Express com largura de barramento de oito vias (x8) de 3ª geração (PCIe 3.0 x8) e, pelo menos, 2 (dois) slots de expansão padrão PCI-Express com largura de barramento de dezesseis vias (x16) de 3ª geração (PCIe 3.0 x16). As demais portas poderão ser quaisquer composições de portas PCIe 3.0 x8/PCIe 3.0 x16.

1.7.3.1 Somente serão aceitas configurações com documentação do fabricante que ateste largura do barramento igual a x8 (oito vias) e a x16 (dezesseis vias).

1.8 BIOS

1.8.1 Deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre ele, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento, sendo aceitas soluções em regime de O&M ou customizadas desde que devidamente comprovadas através de contrato de cessão de uso entre as partes permitindo direitos sobre a BIOS ao integrador. Em todos os casos o fabricante do equipamento deverá possuir livre direito de edição sobre a BIOS, garantindo assim adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido.

1.8.2 Deverá possuir número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação de ativo podendo ser consultada e editada por software ou interface de gerenciamento remoto.

1.8.3 Possuir recursos de controle de permissão através de senha que permita implementar controle de acesso as seguintes funções: para inicializar o equipamento e para o acesso e alterações das configurações da BIOS.

1.8.4 Deve ser atualizável por software.



- 1.8.5** As atualizações de BIOS devem seguir uma das especificações de autenticação criptográfica (assinatura digital): NIST SP800-147B, ou NIST SP800-155, ou CNSA (Commercial National Security Algorithm) algoritmos criptográficos NSA Suite B ou RSA (Rivest-Shamir-Adleman).
- 1.8.6** Deve possuir funcionalidade de recuperação de estado da BIOS a uma versão anterior gravada em área de memória exclusiva e destinada a este fim, de modo a garantir recuperação em caso de eventuais falhas em atualizações ou incidentes de segurança.
- 1.8.7** Deverá ser fornecido com Módulo TPM 2.0 (Trusted Platform Module).

1.9 Portas de Comunicação

- 1.9.1** Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos.
- 1.9.2** Possuir, no mínimo, 2 (duas) portas USB no painel frontal do equipamento, sendo pelo menos uma no padrão USB 3.0.
- 1.9.3** Possuir, no mínimo, 2 (duas) portas USB no painel traseiro do equipamento, sendo ambas no padrão USB 3.0.
- 1.9.4** Possuir no painel traseiro 1 (uma) porta para monitor de vídeo padrão VGA (DB-15), ou HDMI ou DisplayPort.
- 1.9.5** Possuir no painel traseiro 1 (uma) porta serial integrada (DB-9 ou RJ-45 ou USB). O cabo de conexão deverá acompanhar o equipamento fornecido.

1.10 Interfaces de Rede

- 1.10.1** O equipamento deve possuir 4 (quatro) placas de rede dedicadas e não integradas a placa principal do sistema (system-board).
- 1.10.1.1** Cada placa deverá possuir 2 (duas) portas Ethernet 10GbE/25GbE e serem fornecidas em conjunto com os módulos (transceivers). Os módulos “transceivers” deverão respeitar simultaneamente os seguintes quantitativos e padrões:
- 1.10.1.1.1** Oito (08) módulos “transceivers” que respeitem o padrão 10GBASE-SR e suportem, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:
- 1.10.1.1.1.1** Data rate: 10 Gbps;
 - 1.10.1.1.1.2** Form Factor: SFP+;
 - 1.10.1.1.1.3** Reach: 300m (OM4);
 - 1.10.1.1.1.4** Cable Type: Duplex Fiber;
 - 1.10.1.1.1.5** Media: MMF;
 - 1.10.1.1.1.6** Connector: LC.
- 1.10.1.1.2** Oito (08) módulos “transceivers” que respeitem o padrão 25GBASE-SR e suportem, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:
- 1.10.1.1.2.1** Data rate: 25 Gbps;



- 1.10.1.1.2.2** Form Factor: SFP28;
- 1.10.1.1.2.3** Reach: 100m (OM4);
- 1.10.1.1.2.4** Cable Type: Duplex Fiber;
- 1.10.1.1.2.5** Media: MMF;
- 1.10.1.1.2.6** Connector: LC.

1.10.1.1.3 Alternativamente à opção de fornecimento conforme itens 4 e 4, poderão ser fornecidos oito (08) módulos “transceivers” que respeitem simultaneamente os padrões 10GBASE-SR e 25GBASE-SR e suportem, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:

- 1.10.1.1.3.1** Data rate: 10 Gbps/25 Gbps;
- 1.10.1.1.3.2** Form Factor: SFP28;
- 1.10.1.1.3.3** Reach: 100m (OM4);
- 1.10.1.1.3.4** Cable Type: Duplex Fiber;
- 1.10.1.1.3.5** Media: MMF;
- 1.10.1.1.3.6** Connector: LC.

1.10.1.2 Caberá ao fornecedor da solução a responsabilidade sobre o fornecimento do cordão óptico devidamente conectorizado ou sobre o serviço de lançamento de fibra(s) óptica(s), conectorização, fusão e/ou certificação de fibras a fim de permitir a conexão da interface de rede do equipamento servidor aos switches de propriedade da RFB, num total de 08 (oito) fibras, de 20 (vinte) metros de extensão, por equipamento servidor. Os módulos transceivers (GBICs) do lado do switch TOR (Top of Rack) encontram-se disponíveis no equipamento. As fibras lançadas deverão respeitar os seguintes padrões: OM4, Duplex Fiber, MMF (Multi-Mode Fiber) e com conectores LC. Não serão aceitos cabos DAC (Direct Attached Cables) ou cabos AOC (Active Optical Cables).

1.10.1.3 Quando se fizer necessário, o Contratado deverá fornecer DIOs (Distribuidor Interno Ópticos) e seus cordões ópticos para ligação.

1.10.1.4 As placas deverão ser instaladas em *slots* PCI-Express com barramento x8 de terceira geração (PCIe 3.0 x8), ou compatíveis (PCIe 3.0 x16 com retrocompatibilidade com o PCIe 3.0 x8).

1.10.1.5 As interfaces deverão suportar *Jumbo Frames* para permitir transmissão de pacotes de 9KB (nove kilobytes).

1.10.1.6 Prover tecnologias de *offloading* para redução da carga do processamento do servidor, tais como:

1.10.1.6.1 TCP/IP *checksum offload* (TCO) para que a checagem dos pacotes seja realizada pela placa de rede;

1.10.1.6.2 *Large Send Offload* (LSO) ou TCP *Segmentation Offload* (TSO) para garantir que a segmentação TCP seja realizada pela placa de rede ao invés da CPU.



- 1.10.1.7** Suportar tecnologia que beneficie o desempenho da solução de virtualização.
- 1.10.1.8** Suportar tecnologia para agrupamento de múltiplos pacotes, reduzindo o número de interrupções enviadas ao *host* e permitindo que as CPUs sejam ocupadas por outras tarefas.
- 1.10.1.9** Suportar padrão IEEE 802.1p para qualidade de serviços (QoS) permitindo que a placa marque os pacotes com níveis de prioridade através de uma rede *QoS-aware* para melhor fluxo de dados.
- 1.10.1.10** Estar em conformidade com os padrões IEEE 802.3by (25Gb/s) ou recurso específico que qualifique sua compatibilidade a esta taxa de transferência, IEEE 802.3ae (10Gb/s), 802.3ad ou 802.1ax (agregação de links), 802.1Q (VLAN) e 802.3x (*full duplex*).
- 1.10.2** Possuir, no mínimo, 4 (quatro) portas Ethernet 10GbE com conectores RJ-45 (10GBASE-T).
 - 1.10.2.1** As interfaces poderão ser integradas a placa principal (system board) do equipamento ou serem instaladas em *slots* PCI-Express com barramento mínimo de oito vias de terceira geração (PCIe 3.0 x8). Para o caso das placas a serem instaladas em slots PCI-Express será aceita uma das seguintes composições:
 - 1.10.2.1.1** Uma (01) placa com 4 (quatro) portas Ethernet 10GbE com conectores RJ-45 (10GBASE-T);
 - 1.10.2.1.2** Duas (02) placas com 2 (duas) portas Ethernet 10GbE com conectores RJ-45 (10GBASE-T).
 - 1.10.2.2** As interfaces deverão suportar *Jumbo Frames* para permitir transmissão de pacotes de 9KB (nove kilobytes).
 - 1.10.2.3** Prover tecnologias de *offloading* para redução da carga do processamento do servidor, tais como:
 - 1.10.2.3.1** TCP/IP *checksum offload* (TCO) para que a checagem dos pacotes seja realizada pela placa de rede;
 - 1.10.2.3.2** *Large Send Offload* (LSO) ou *TCP Segmentation Offload* (TSO) para garantir que a segmentação TCP seja realizada pela placa de rede ao invés da CPU.
 - 1.10.2.4** Suportar *Interrupt Coalescing* para agrupamento de múltiplos pacotes, reduzindo o número de interrupções enviadas ao *host* e permitindo que as CPUs sejam ocupadas por outras tarefas.
 - 1.10.2.5** Suportar padrão IEEE 802.1p para qualidade de serviços (QoS) ou recurso específico de qualidade de serviços que permita que a placa marque os pacotes com níveis de prioridade através de uma rede *QoS-aware* para melhor fluxo de dados.
 - 1.10.2.6** Estar em conformidade com os padrões IEEE:
 - 1.10.2.6.1** IEEE 802.3ae (10GBASE-T);
 - 1.10.2.6.2** 802.3ad ou 802.1ax para agregação de links;
 - 1.10.2.6.3** 802.1Q protocolo *Virtual Local Area Network* (VLAN);



1.10.2.6.4 802.3x (*full duplex*) ou 802.3-2015 (10Gb Ethernet flow control).

1.11 Controladora HBA Fibre Channel (FC-HBA)

1.11.1 Possuir 2 (duas) placas FC-HBA (Fiber Channel – Host Bus Adapter) dedicadas e não integradas a placa principal do sistema (system-board). Cada placa deverá possuir 2 (duas) portas de fibra de 32Gb-FC com os respectivos módulos (transceivers) SFP+ e conectores LC (Lucent Connector) no estilo Duplex, conforme abaixo:

1.11.1.1 Data rate: 32 Gbps;

1.11.1.2 Form Factor: SFP+;

1.11.1.3 Reach: 100m (OM4);

1.11.1.4 Cable Type: Duplex Fiber;

1.11.1.5 Media: MMF;

1.11.1.6 Connector: LC.

1.11.2 As interfaces deverão ser instaladas, preferencialmente, em *slots* PCI-Express com barramento x16 de terceira geração (PCIe 3.0 x16), podendo também serem instaladas em *slots* PCI-Express com barramento x8 de terceira geração (PCIe 3.0 x8).

1.11.3 Cada porta de fibra presente nas interfaces deve suportar individualmente a taxa de transmissão de 32GFC.

1.11.4 As placas e portas devem ser totalmente compatíveis para uso com o Switch Fiber Channel “CISCO MDS 9148T 32GB FC”.

1.11.5 Caberá ao fornecedor da solução a responsabilidade sobre o fornecimento do cordão óptico devidamente conectorizado ou sobre o serviço de lançamento de fibra(s) óptica(s), conectorização e fusão a fim de permitir a conexão da interface FC-HBA do equipamento servidor ao switch Fiber Channel de propriedade da RFB (CISCO MDS 9148T 32GB FC), num total de 04 (quatro) fibras, de 10 (dez) metros de extensão, por equipamento servidor. Os módulos transceivers (GBICs) do lado do switch Fiber Channel encontram-se disponíveis no equipamento. A(s) fibra(s) lançada(s) deverão respeitar os seguintes padrões: OM4, Duplex, MMF (Multi-Mode Fiber) e com conectores LC/LC (Lucent Connector).

1.12 Controladora RAID

1.12.1 Controladora RAID para controle de drives internos, compatível com drive SSD (solid-state drive) padrão 12G SAS (Serial Attached SCSI).

1.12.2 Possuir canais suficientes para controlar a quantidade máxima de drives internos requeridos no item 1 (no mínimo oito drives internos).

1.12.3 Memória cache de 4 (quatro) GB do tipo flash (Flash Backed Write Cache) que dispensa o uso de bateria ou protegida por bateria de backup (Battery Backed Write Cache).

1.12.4 Suportar configuração nativa por hardware dos seguintes padrões RAID: 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60.

1.12.5 Suportar expansão do *array* de forma online.



- 1.12.6 Suportar expansão do drive lógico de forma online.
- 1.12.7 Suportar implementação de disco *Global Hot-spare*.
- 1.12.8 Suportar migração de nível de RAID online.
- 1.12.9 Suportar tecnologia de monitoração/relatórios de status dos drives e do array.

1.13 Armazenamento

- 1.13.1 Possuir 4 drives de 2,5 polegadas, tecnologia SSD (solid-state drive), padrão 12G SAS (*Serial Attached SCSI*) e com capacidade individual mínima de 800GB.
- 1.13.2 Deverão ser *hot-pluggable* e *hot-swap*.
- 1.13.3 Os drives SSDs deverão suportar as seguintes taxas mínimas:
 - 1.13.3.1 Endurance (life expectancy): 03 DWPD (drive writes per day over 5 years);
 - 1.13.3.2 Endurance (total bytes written): 4 PB (4 petabytes);
 - 1.13.3.3 IOPS random reads (4 KB blocks): 130.000;
 - 1.13.3.4 IOPS random writes (4 KB blocks): 47.000;
 - 1.13.3.5 Sequential read rate (128 KB blocks): 1000 Mbps (1000 megabits por segundo);
 - 1.13.3.6 Sequential write rate (128 KB blocks): 1000 Mbps (1000 megabits por segundo).
- 1.13.4 Deverão estar acompanhados de todos os acessórios necessários para a função *hot-pluggable* dos drives (trilhos, estojo, *backplanes*, etc.).

1.14 Unidade de Leitura de DVD

- 1.14.1 Possuir unidade interna ou externa de leitura para mídias do tipo DVD (DVD-ROM).

1.15 Condições de uso

- 1.15.1 O equipamento ofertado deverá suportar sua operação em condições normais dentro dos seguintes limites de temperatura e umidade:
 - 1.15.1.1 Temperatura de Operação: de 10°C a 30°C;
 - 1.15.1.2 Umidade de Operação: de 10% a 80%, sem condensação.

1.16 Gerenciamento e Inventário

- 1.16.1 Deverá possuir interface de gerenciamento integrada e com porta RJ-45 (01GBASE-T) dedicada, não sendo possível portanto compartilhar conexão com nenhuma das interfaces de rede requeridas no item “Interfaces de Rede” (4), e software de gerenciamento compatível com o padrão IPMI 2.0 e que possibilite o gerenciamento remoto do equipamento. As licenças de uso deverão ser fornecidas em conjunto com a interface de gerenciamento em caráter de uso perpétuo e em seu formato completo (sem restrições ou limitações de funcionalidades).
- 1.16.2 Caberá ao fornecedor da solução a responsabilidade sobre o serviço de lançamento



do cabo “UTP – CAT 6A” a fim de atender a conexão da porta de gerenciamento requerida no item 8 a switches de propriedade da RFB, já prontos para receber esse tipo de conexão, num total de 01 (um) cabo, de 20 (vinte) metros de extensão, por equipamento servidor. O(s) cabo(s) lançado(s) para atender a esta função de acesso deverá(ão) respeitar os seguintes padrões: UTP (Unshielded Twisted Pair), CAT 6A, Copper e com conectores RJ-45.

1.16.3 Deverá possuir software de gerenciamento centralizado (plataforma de gerenciamento), sendo este capaz de gerenciar de forma centralizada e de forma individual, através de interface Web, os equipamentos servidores ofertados.

1.16.4 A controladora de gerenciamento integrada deve suportar as seguintes características:

1.16.4.1 Compatível com os protocolos de criptografia SSL para acesso a console WEB e SSH para console CLI;

1.16.4.2 Suportar, navegadores web:

1.16.4.2.1 Microsoft Internet Explorer 11 e versões posteriores;

1.16.4.2.2 Google Chrome em sua última versão;

1.16.4.2.3 FireFox em sua última versão;

1.16.4.3 Compatível com *Advanced Encryption Standard* (AES) ou *Triple Data Encryption Standard* (3DES) em navegador, CLP e XML;

1.16.4.4 Criptografia AES ou RC4;

1.16.4.5 Deve permitir controle remoto tipo virtual KVM mesmo quando o sistema operacional estiver inoperante;

1.16.4.6 Suportar autenticação via *Active Directory/LDAP*;

1.16.4.7 Deverá suportar autenticação de login e senha;

1.16.4.8 Deve informar o status do equipamento indicando componentes com falha e notificando via e-mail ou *trap* SNMP;

1.16.4.9 Deve possibilitar emulação de mídia virtual (arquivos de imagem ISO e IMG) permitindo que estas mídias sejam emuladas no servidor gerenciado permitindo a inicialização (*boot*) através dessa mídia ou seu simples uso;

1.16.4.10 Capacidade de monitorar o consumo de energia do servidor;

1.16.4.11 Deve permitir ligar, desligar e reiniciar do servidor através da console de gerenciamento, mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional;

1.16.4.12 Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e durante o período de inicialização do sistema (*boot*), possibilitando uma depuração mais aprimorada;

1.16.4.13 Caso a console virtual necessite de algum tipo de “plugin” licenciado este deverá ser fornecido com licenciamento perpétuo.



1.16.5 O Software de gerenciamento centralizado (plataforma de gerenciamento) deverá suportar os seguintes recursos:

- 1.16.5.1** Permitir o gerenciamento centralizado e individual de todos os servidores ofertados através de interface WEB;
- 1.16.5.2** Prover ferramenta para automatizar o processo de configuração do servidor e entrega dos respectivos softwares, baseado em um repositório de imagens pré-configurado;
- 1.16.5.3** O software de gerenciamento deve permitir descoberta dos equipamentos servidores, permitindo realizar seu inventário e de seus componentes;
- 1.16.5.4** Prover ferramenta que auxilie a otimização do uso de recursos de energia e refrigeração no Data Center da Receita Federal do Brasil, permitindo aos administradores definir perfis de utilização a determinados servidores com base em métricas de desempenho ou economia de recursos, conforme níveis de serviço necessários para as respectivas aplicações.
- 1.16.5.5** Enviar alerta quando drives e memórias entrarem em estado de pré-falha;
- 1.16.5.6** Permitir monitorar o desempenho do sistema;
- 1.16.5.7** Permitir de forma remota atualização de *firmwares* e *drivers*;
- 1.16.5.8** Deve permitir o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou de repositório local;
- 1.16.5.9** As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade da mesma.
- 1.16.5.10** Além da configuração e instalação de softwares e sistemas operacionais, a ferramenta deverá ser capaz de configurar o hardware das máquinas, como a criação de volumes RAID;
- 1.16.5.11** Deverá suportar os protocolos PXE e DHCP;
- 1.16.5.12** Fornecer ferramentas para criar e alterar *scripts* de instalação;
- 1.16.5.13** Deverá possuir integração com VMware vCenter;
- 1.16.5.14** Realizar inventário de hardware, BIOS e *firmware* e possibilitar a geração de relatórios customizados;
- 1.16.5.15** Possuir e apresentar as informações de garantia do equipamento servidor, detalhando o tipo de garantia e sua data limite de expiração na ferramenta de administração do equipamento ou em site oficial do fabricante;
- 1.16.5.16** Emitir alertas de pré-falha de componentes de hardware ao fabricante do equipamento para agilizar e automatizar o processo de abertura de chamados;
- 1.16.5.17** Compatível e homologado com os sistemas operacionais:
 - 1.16.5.17.1** Microsoft Windows Server 2012 R2 e Windows Server 2016;
 - 1.16.5.17.2** Windows e Linux Guest em VMware ESX 6.0.0 ou superior.



- 1.16.6** A controladora de gerenciamento integrada deve operar em conjunto com o software de gerenciamento (plataforma de gerenciamento), devendo ambos serem soluções do fabricante dos equipamentos com a finalidade de garantir total compatibilidade e suporte único.

1.17 Compatibilidade com outros Sistemas Operacionais

- 1.17.1** O modelo do equipamento ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2012 R2, Windows Server 2016 e Windows Server 2019 em suas versões x64, comprovado através do *Windows Server Catalog* da Microsoft;
- 1.17.2** O modelo do equipamento ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux (RHEL) 7.3 e versões posteriores, comprovado através do *HCL (Hardware Compatibility List)* da Red Hat;
- 1.17.3** O modelo do equipamento ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Suse Linux Enterprise Server (SLES) 12 SP3, ou SLES 12 SP4 ou posteriores a ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Novell;
- 1.17.4** O modelo do equipamento ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema de virtualização VMware ESXi 6.5 U2 e posteriores, comprovado através de *Guia de Compatibilidade* da VMware;

1.18 Drivers

- 1.18.1** Acompanhar mídia de inicialização e configuração do equipamento ou ferramenta de provisionamento instalada de fábrica no servidor, contendo todos os *drivers* de dispositivos, de forma a permitir a fácil instalação do equipamento. Não serão aceitos para atendimento deste item, mídia contendo somente os *drivers*;
- 1.18.2** O fabricante do equipamento deverá disponibilizar, no seu respectivo web site, download gratuito de todos os *Drivers*, BIOS e *Firmwares* dos componentes que compõem este equipamento, a fim de permitir atualizações necessárias.

1.19 Acessórios

- 1.19.1** Deverão ser fornecidos kit de trilhos e braço organizador de cabos do mesmo fabricante do equipamento ofertado, para fixação dos equipamentos em *rack* 19 polegadas padrão EIA-310D.
- 1.19.2** Os trilhos devem permitir o deslizamento do equipamento, a fim de facilitar a manutenção;
- 1.19.3** Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos, com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

1.20 Customização

- 1.20.1** Fornecimento de lista em formato eletrônico com a relação dos números de série dos equipamentos.



1.20.2 Os equipamentos deverão conter etiquetas de informação com respectivos números de série, permitindo sua leitura mesmo enquanto instalados no *rack*.

1.21 Requisitos de Fabricação

1.21.1 Declaração de que o equipamento e todos os seus componentes são novos, de primeiro uso e estão em linha de fabricação na data de abertura das propostas.

1.22 Requisitos de Documentação

1.22.1 Deverão ser disponibilizados para download no site do fabricante todos os manuais de instalação, configuração e operação do equipamento ofertado. Para todos os efeitos a disponibilização dos manuais - por download - se faz necessária para a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

1.22.2 Deverá ser fornecida documentação técnica em português - a ser formulada pelo fornecedor - contendo os 3 documentos a seguir:

1.22.2.1 *Documentação das Funcionalidades* – Este documento deverá conter características técnicas do equipamento, parâmetros de configuração, tabelas e ilustrações das funcionalidades configuradas nos equipamentos fornecidos e instalados no ambiente da RFB;

1.22.2.2 *Documentação de Instalação e Configuração* - Este documento deverá conter detalhes da instalação física dos equipamentos e de suas interligações a outros equipamentos presentes no DataCenter da RFB (exemplo: Switch de rede, switch SAN, rede elétrica, etc) e das configurações aplicadas nos equipamentos. Detalhes que se devem fazer presentes, não se limitando a estes, são: toda a diagramação lógica e física de interconexão de cabos de dados e elétricos, disposição dos equipamentos nos racks, dentre outras informações relevantes para o total entendimento da solução provisionada;

1.22.2.3 *Documentação de Operação* – Este documento deverá conter procedimentos de operação do equipamento, destacando as atividades de gerência dos equipamentos servidores, contendo seus endereços e formas de acesso, seus respectivos usuários e senhas e as configurações dos equipamentos, dentre outras informações relevantes para a total operação dos equipamentos.

1.22.3 A documentação elencada no item **12** deverá ser entregue para aprovação da RFB;

1.22.4 Para a documentação técnica elencada no item **12** não serão aceitos manuais técnicos do fabricante;

1.22.5 Para todos os efeitos, inclusive para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a entrega e aceite da documentação técnica, elencada no item **12**, faz parte do processo de fornecimento e aceitação do software.

1.23 Requisitos de Garantia e Suporte

1.23.1 Os equipamentos e softwares descritos neste item devem possuir garantia e suporte do próprio fabricante do equipamento por um período mínimo de 60 (sessenta) meses;



- 1.23.2** Os serviços de reparo dos equipamentos especificados devem ser executados no local onde estes se encontram instalados, ou seja, *on-site (DataCenter da RFB em Brasília-DF)*;
- 1.23.3** Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
- 1.23.4** O serviço de suporte compreende a abertura de chamados 24x7, ou seja, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana;
- 1.23.5** A fabricante deverá disponibilizar Central de Atendimento (0800) em português para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos, constando a descrição do problema;
- 1.23.6** Além da Central de Atendimento a fabricante também deverá disponibilizar Portal de Suporte Web para acesso pela RFB. O Portal de Suporte Web deve apresentar os chamados abertos, descrição detalhada dos problemas relatados no chamado e prazos de solução aplicados ou aguardando por solução;
- 1.23.7** Ferramenta de “call home” para incidentes de hardware.
- 1.23.8** Hardware
- 1.23.8.1** O prazo máximo para solução de problemas de hardware, contado a partir da abertura do chamado, é de 6 horas;
- 1.23.9** Software
- 1.23.9.1** *Suporte online* para abertura de chamados 24x7, ou seja, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, devendo conter:
- 1.23.9.1.1** Acesso ao contrato de suporte;
- 1.23.9.1.2** Atualizações de *releases* e versões;
- 1.23.9.1.3** Acesso ao conteúdo do site do fabricante;
- 1.23.9.1.4** Acesso a base de conhecimento incluindo sintomas conhecidos e soluções propostas;
- 1.23.9.1.5** Especificações e literatura técnica;
- 1.23.9.2** *Tempos de resposta/atendimento*
- I.** Severidade 1:
- a)** Sistema de produção ou sistema de missão crítica está parado e nenhuma solução imediata está disponível;
- b)** Todos ou uma parte substancial dos dados do sistema de missão crítica estão sob risco de perda ou corrupção;
- c)** Ambiente apresenta perda substancial de serviço;
- d)** As operações de negócio foram severamente interrompidas;
- e)** Prazo de atendimento: O prazo máximo para atendimento de problemas de software



pertencentes a categoria de severidade 1 é de 30 (trinta) minutos, contados a partir do momento da abertura do chamado. Este tipo de atendimento deve ser rapidamente escalonado ao segundo nível de suporte de forma que a solução esteja disponível o mais rápido possível. O prazo de atendimento não se interrompe em finais de semana e/ou fora de horário comercial;

f) A CONTRATANTE disporá de técnicos no Data Center em Brasília, acessíveis por telefone e e-mail para interação com o suporte do fabricante, que poderá, por sua vez, rever o nível de severidade estabelecido na abertura do chamado e se este corresponde à real situação.

II. Severidade 2:

a) Ocorre quando uma funcionalidade importante é severamente prejudicada;

b) Operações podem continuar de forma restrita, apesar da produtividade a longo prazo poder ser adversamente afetada;

c) Instalações adicionais estão afetadas;

d) Uma solução temporária está disponível;

e) Prazo de atendimento: O prazo máximo para atendimento de problemas de software pertencentes a categoria de severidade 2 é de 01 (uma) hora, contados a partir do momento da abertura do chamado. Este tipo de atendimento deve ser rapidamente escalonado ao segundo nível de suporte de forma que a solução esteja disponível o mais rápido possível. O prazo de atendimento não se interrompe em finais de semana e/ou fora de horário comercial.

III. Severidade 3:

a) Envolve perda parcial ou não-crítica da funcionalidade do software;

b) Operação de alguns componentes de software está prejudicada, mas permite que o usuário continue a usá-lo;

c) Instalação inicial está em risco mínimo;

d) Prazo de atendimento: O prazo máximo para atendimento de problemas de software pertencentes a categoria de severidade 3 é de 02 (duas) horas, contados a partir do momento da abertura do chamado. Este tipo de atendimento deve ser rapidamente escalonado ao segundo nível de suporte de forma que a solução esteja disponível o mais rápido possível. O prazo de atendimento não se interrompe em finais de semana e/ou fora de horário comercial.

IV. Severidade 4:

a) Refere-se a questões de uso geral;

b) Erros na documentação;

c) Prazo de atendimento: O prazo máximo para atendimento de problemas de software pertencentes a categoria de severidade 4 é de 03 (três) horas, contados a partir do momento da abertura do chamado. Sendo necessário, este tipo de atendimento deve ser rapidamente escalonado ao segundo nível de suporte de forma que a solução esteja disponível o mais rápido possível. O prazo de atendimento se interrompe em finais de semana e fora de horário



2 Item 2 – Instalação Física e Configuração

- 2.1 Deverão ser entregues todos os componentes, tais como: placas, gbics (Gigabit Interface Converter), drives, cabos, trilhos para *rack*, manuais e mídias;
- 2.2 Deverá ser realizada a instalação física de todos os equipamentos e componentes de hardware no *DataCenter* da RFB localizado em Brasília-DF;
- 2.3 Deverá ser realizada a instalação de placas e demais componentes de hardware que porventura ainda não estejam instalados no servidor;
- 2.4 Os servidores deverão ser instalados nos *racks* com kit de trilhos deslizantes e guia de orientação interna de cabos;
- 2.5 Deverá ser feita a conexão dos cabos de alimentação;
- 2.6 Deverá ser feita a interligação dos equipamentos servidores e componentes de hardware com a infraestrutura presente no ambiente da CONTRATANTE, incluindo switches de STORAGE (switches SAN-FC), switches (TOR – Top Of Rack), switches de acesso, switches de gerenciamento, entre outros;
- 2.7 Deverá ser feita a atualização dos *firmwares* dos equipamentos quando aplicável;
- 2.8 Deverão ser realizados testes de validação das funcionalidades básicas dos equipamentos instalados.
- 2.9 Deverão ser configurados todos os parâmetros da BIOS para garantir máximo desempenho à solução;
- 2.10 Deverão ser configurados os drives com criação de volume com proteção RAID;
- 2.11 Configuração da solução de gerenciamento KVM remotos:
 - 2.11.1 Configuração de rede;
 - 2.11.2 Configuração de acesso;
 - 2.11.3 Criação de usuário;
 - 2.11.4 Configuração da solução para envio de alertas ao administrador;
- 2.12 Deverá ser realizada a instalação e a configuração do sistema de gestão dos servidores físicos (Plataforma de Gerenciamento) para inventário dos componentes físicos e virtuais, envio de alertas aos administradores, envio de alertas de pré-falha para o fabricante dos servidores, interação com a solução de KVM remoto e mídias virtuais;
- 2.13 Para servidor posteriormente adquirido neste pregão, deverão ser realizadas também as atividades previstas no **Item 3 – Instalação Lógica, Configuração do Cluster de Virtualização e Migração dos Guests (máquinas virtuais)** – que forem necessárias para sua completa interoperabilidade com o ambiente previamente implantado.



3 Item 3 – Instalação Lógica, Configuração do Cluster de Virtualização e Migração dos Guests (máquinas virtuais)

- 3.1** Instalar em cada um dos oito (08) novos equipamentos servidores (Hosts) participantes da Solução o sistema operacional responsável pela solução de virtualização (Hypervisor VMware ESX) e configurá-lo com os “IP Address” (endereços IP) e “Hostnames” (nomes de máquina) a serem fornecidos pela equipe de implantação da RFB (Receita Federal do Brasil). As licenças do Hypervisor serão fornecidas pela Receita Federal do Brasil.
- 3.2** Instalar e/ou Configurar o Cluster de Virtualização VMware. Em momento de implementação, por condições técnicas a serem avaliadas, será decidido se haverá a configuração de um novo Cluster de Virtualização ou se os novos equipamentos servidores (Hosts) serão associados ao Cluster de Virtualização já existente.
- 3.3** Associar Redes, LANs (Local Area Network) e VLANs (Virtual Local Area Network) pertencentes ao Cluster de Virtualização já existente no DataCenter da Receita Federal do Brasil em Brasília-DF aos novos equipamentos servidores adquiridos/Cluster. Redes, LANs e VLANs poderão ser suprimidas ou incluídas neste processo conforme necessidade a ser verificada durante a implementação da etapa de migração. Ao final da etapa configurar em todos Hosts/Cluster as vNICs (Virtual Network Interface Cards) e os v-Switches (Virtual Switches) da nova solução.
- 3.4** Associar as LUNs (Logical Units), discos lógicos, volumes de discos e volumes NFS pertencentes ao atual Cluster de Virtualização presente no DataCenter da Receita Federal do Brasil em Brasília-DF aos novos Hosts/Cluster. LUNs, discos lógicos e volumes de discos poderão ser suprimidos ou incluídos neste processo conforme necessidade a ser verificada durante a implementação da etapa de migração. Ao final da etapa configurar em todos Hosts/Cluster os “DataStores” de modo a possibilitar que os Hosts/Cluster possam acessar todos os volumes do tipo VMFS ou do tipo NFS pertencentes a solução. Também deverão ser disponibilizados quaisquer RDMs (Raw Device Map) que se fizerem necessários - habilidade do VMware que permite que você entregue uma LUN diretamente para uma máquina virtual.
- 3.5** Instalar ou configurar as “features” de Cluster e de Guest, tais como: VMware vCenter Server (Plataforma centralizada para gerenciamento dos ambientes vSphere), VMware High Availability (HA), VMware DRS (Distributed Resource Scheduler), VMware vMotion (Live migration of virtual machines), VMware FT (Vmware Fault Tolerance), VMware DPM (Distributed Power Management), atualização das VMware Tools dos atuais “Guests” (servidores virtuais) dentre outras features/configurações que se fizerem necessárias/exigidas no Cluster de Virtualização/Guests para permitir o pleno funcionamento da solução e a migração dos Guests para os novos Hosts.
- 3.6** Em conjunto com a equipe de implantação da Receita Federal do Brasil (RFB) elaborar plano de migração dos Guests (servidores virtuais) presentes nos Hosts (servidores físicos) pertencentes ao ambiente de Cluster pré-existente no DataCenter da RFB em Brasília-DF para os novos Hosts/Cluster recém-instalados/configurados. O plano deve prever a migração dos guests (máquinas virtuais), seja por tecnologia de v-Motion - funcionalidade que permite a movimentação de máquinas virtuais entre hosts de forma online e sem interrupção - ou através de migração off-line (solução em que o Guest é desligado no Host original e posteriormente inicializado no novos Hosts adquiridos). Neste segundo caso pode ser



necessário a cópia física do arquivo(s) físico(s) que representa(m) o Guest (*.vmdk) ou a simples associação do volume de disco em que este Guest se faz presente para os novos Hosts/Cluster. As atividades de migração ocorrerão preferencialmente fora de horário comercial, se executadas em dias de semana (segunda à sexta-feira) ou em finais de semana em horários a serem definidos pela equipe de implantação da RFB.

3.7 Em conjunto com a equipe de implantação da Receita Federal do Brasil (RFB) atuar na migração dos Guests (servidores virtuais) presentes nos atuais Hosts/Cluster pertencentes ao ambiente de Cluster de Virtualização pré-existente no DataCenter da RFB em Brasília-DF para os novos Hosts/Cluster recém-instalados/configurados. A atividade de migração envolverá cerca de 900 (novecentos) servidores virtuais de plataforma Windows/Linux, atualmente em ambiente VMware vSphere, para os novos equipamentos, totalizando cerca de 500TB (quinhentos terabytes) de dados. As atividades de migração ocorrerão preferencialmente fora de horário comercial, se executadas em dias de semana (segunda à sexta-feira) ou em finais de semana em horários a serem definidos pela equipe de implantação da RFB.

3.8 Ao final da migração, em conjunto com a equipe de implantação da Receita Federal do Brasil (RFB), elaborar e implementar plano de validação das funcionalidades do Cluster VMware de forma que todas as habilidades implementadas possam ser certificadas, tais como: VMware High Availability (HA), VMware DRS (Distributed Resource Scheduler), VMware vMotion (Live migration of virtual machines), VMware FT (VMware Fault Tolerance), VMware DPM (Distributed Power Management) entre outras que possam ser destacadas no momento. O aceite a ser emitido pela RFB aprovando a correta execução deste plano de validação será indispensável para validar a etapa de Instalação Lógica, configuração do Cluster de Virtualização e Migração dos Guests (máquinas virtuais) e para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4 Item 4 – Repasse Operacional

4.1 Fornecer repasse operacional com, no mínimo, 16 (dezesesseis) horas de duração, a ser ministrado na estrutura da CONTRATANTE, para até 10 (dez) técnicos durante pelo menos 2 (dois) dias úteis, em horário comercial, podendo ser prolongado para até 4 (quatro) dias úteis, conforme necessidade e disponibilidade de agenda da equipe técnica da RFB;

4.2 O repasse operacional deverá ter uma carga horária diária mínima de quatro (04) horas e máxima de oito (08) horas ministradas consecutivamente;

4.3 O repasse será realizado na cidade de Brasília/DF na estrutura da Contratante;

4.4 A CONTRATADA deverá fornecer todo o material para o repasse operacional;

4.5 O repasse operacional deverá abordar, no mínimo, os seguintes tópicos:

4.5.1 Visão geral dos componentes do equipamento;

4.5.2 Operação do equipamento;

4.5.3 *Configuração do equipamento;*

4.5.4 BIOS;



- 4.5.5** Controladora RAID, englobando criação e gerenciamento de volumes e níveis de RAID;
 - 4.5.6** Configuração da solução de KVM remoto;
 - 4.5.7** Visão geral das ferramentas de atualização de *firmware*, diagnóstico do sistema e instalação assistida de sistema operacional;
 - 4.5.8** Administração da solução de gerenciamento e KVM remoto;
 - 4.5.9** Administração do software de gerenciamento e inventário fornecido pelo fabricante do equipamento;
 - 4.5.10** Administração da ferramenta de abertura automática de chamados e envio de alertas;
 - 4.5.11** Procedimentos para abertura de chamados.
- 4.6** O repasse deverá ter material em português e ser ministrado por instrutor com comprovante de capacitação fornecido pelo fabricante.



Anexo I - B – Planilha de Formação de Preços.

| Identificação dos formadores de preços | | | |
|--|----------------------------|--|--------------------|
| Identificação | Nome Comercial | Razão Social | CNPJ |
| Empresa 1 | Hewlett Packard Enterprise | Hewlett Packard Enterprise | 61.797.924/0007-40 |
| Empresa 2 | LTA-RH | LTA-RH Informática Comércio, Representações Ltda | 94.316.916/0005-22 |
| Empresa 3 | ZOOM Tecnologia | Zoom Tecnologia Ltda | 06.105.781/0001-65 |
| Empresa 4 | LANLINK Soluções | LANLINK Soluções e Comercialização em Informática S/A | 19.877.285/0002-52 |
| Empresa 5 | CPD Informática | CPD - Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas Ltda | 00.395.228/0001-28 |

| Servidor | | |
|-----------|------------------|-------------------|
| Empresa | Valor Unitário | Valor Total (8x) |
| Empresa 1 | R\$ 753.037,36 | R\$ 6.024.298,88 |
| Empresa 2 | R\$ 930.000,00 | R\$ 7.440.000,00 |
| Empresa 3 | R\$ 846.468,57 | R\$ 6.771.748,56 |
| Empresa 4 | R\$ 787.985,03 | R\$ 6.303.880,24 |
| Empresa 5 | R\$ 2.085.130,00 | R\$ 16.681.040,00 |

| Instalação | | |
|------------|----------------|------------------|
| Empresa | Valor Unitário | Valor Total (8x) |
| Empresa 1 | R\$ 212.751,19 | R\$ 1.702.009,50 |
| Empresa 2 | R\$ 1.500,00 | R\$ 12.000,00 |
| Empresa 3 | R\$ 1.500,00 | R\$ 12.000,00 |
| Empresa 4 | R\$ 24.176,77 | R\$ 193.414,16 |
| Empresa 5 | R\$ 20.000,00 | R\$ 160.000,00 |

| Migração | |
|-----------|----------------|
| Empresa | Valor Total |
| Empresa 1 | R\$ 993.974,15 |
| Empresa 2 | R\$ 84.000,00 |
| Empresa 3 | R\$ 155.670,00 |
| Empresa 4 | R\$ 38.124,45 |
| Empresa 5 | R\$ 35.000,00 |

| Repasse Operacional | |
|---------------------|---------------|
| Empresa | Valor Total |
| Empresa 1 | R\$ 22.708,00 |
| Empresa 2 | R\$ 24.000,00 |
| Empresa 3 | R\$ 18.600,00 |
| Empresa 4 | R\$ 9.103,25 |
| Empresa 5 | R\$ 18.800,00 |

| | |
|----------------------|------------------|
| Valor total do lote: | R\$ 6.080.402,13 |
|----------------------|------------------|



Conforme preconiza o art. 6º da IN SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, para formação de preço estimado deste pregão será utilizado como método para obtenção do preço o menor dos valores por item, pois, como os equipamentos cotados são fornecidos exclusivamente por poucas fabricantes de grande porte (fornecido por um conjunto restrito de empresas), além do cenário atual de incertezas (Covid-19 e oscilação do Real frente a moedas estrangeiras), os valores cotados tendem a estarem acima do valor real, entende-se que o melhor para a Administração seja adotar o menor dos valores cotados de cada item, com baixo risco do preço de referência tornar o objeto inexecutável.



Anexo I - C – TERMO DE CIÊNCIA

| | | | |
|-------------------------|--|-------|--|
| Edital N ° | | | |
| Contrato N°: | | | |
| Objeto: | Contratação de nova solução de servidores, com suporte e garantia de funcionamento de 60 (sessenta) meses, para o datacenter da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em Brasília/DF, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência. | | |
| Gestor do Contrato: | | Matr. | |
| CONTRATANTE (Órgão): | Receita Federal do Brasil | | |
| CONTRATADA: | | CNPJ: | |
| Preposto da contratada: | | CPF: | |

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo, bem como manter o sigilo absoluto para toda informação referente a Receita Federal do Brasil que a CONTRATADA e seus prepostos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução de seus serviços.

_____, _____ de _____ de 20____.

Ciência,

| CONTRATADA - Funcionários | |
|------------------------------|------------------------------|
| _____ <Nome> CPF: <Nº> | _____ <Nome> CPF: <Nº> |
| _____ <Nome> CPF: <Nº> | _____ <Nome> CPF: <Nº> |
| _____ <Nome> CPF: <Nº> | _____ <Nome> CPF: <Nº> |



Anexo I - D – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A UNIÃO, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco P, na cidade de Brasília – DF, de um lado doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, com matriz no endereço: _____, CEP: _____, doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº ____/2020 doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Segunda – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, independente de conter ou não a chancela de classificação, em linguagem computacional em qualquer nível, qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter conhecimento em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Terceira – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção



pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia de INFORMAÇÕES sem o consentimento formal e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;



III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às INFORMAÇÕES.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor, desde a data de sua assinatura, mesmo após o término da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civis e criminais, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;



IV – Todas as condições, Termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, será incorporado a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessária a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o Juízo Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas às condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20____.

De acordo.

Nome do preposto:

Cargo:

Empresa:



ANEXO II do EDITAL

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 1/2020

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com sede no Edifício Anexo do Ministério da Economia, Bloco P, Ala A, 2º andar, Copol, Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.460/0058-87, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº .../20..., publicada no DOU de/...../20....., processo administrativo nº 10265.039954/2020-15, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de servidores, com suporte e garantia de funcionamento de 60 (sessenta) meses, para o datacenter da Secretaria Especial da Receita Federal (RFB), em Brasília/DF, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo ... do Edital de Pregão nº .../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| | |
|------------------|--|
| Item do TR | Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>) |
|------------------|--|



| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade e | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
|---|---------------|------------------------------------|-------------------------------------|---------|-----------------|-------------------|-------------------------------------|
| 1 | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

3.2. Não há outros órgãos e entidades públicas participantes no presente registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4.1.1. Salvo para Atas de Registro de Preços gerenciadas no âmbito do Ministério da Economia, a adesão de que trata este item, para fins de contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, só será permitida após a aprovação da ata de registro de preços pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia na forma do art. 22, §10, II do Decreto nº 7.892, de 2013 e da Instrução Normativa SGD/ME nº 2, de 4 de Abril de 2019.

4.1.1.1. O subitem anterior não se aplica às hipóteses em que a contratação de serviços esteja vinculada ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação constante da mesma ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data da assinatura, não podendo ser prorrogada.



6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou



6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(es) registrado(s)



ANEXO III do EDITAL

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

COMPRA

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL E A EMPRESA**
.....

A União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com sede no Edifício Anexo do Ministério da Economia, Bloco P, Ala A, 2º andar, Copol, Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0058-87, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., por Sistema de Registro de Preços nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de servidores, com suporte e garantia de funcionamento de 60 (sessenta) meses, para o datacenter da Secretaria Especial da Receita Federal (RFB), em Brasília/DF, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:



| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------------------------|----------------------|------------|-------------------|----------------|
| 1 | Servidor de rede | | | | |
| 2 | Instalação | | | | |
| 3 | Migração | | | | |
| 4 | Repasse | | | | |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20..., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.



6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13.2.2. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-